

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Rio de Janeiro, 2013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, e das orientações da Controladoria-Geral da União - CGU descritas na Portaria CGU 133/2013 e na Norma de Execução CGU 01/2013.

Unidade Consolidada:

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)

Rio de Janeiro, 2013

Sumário	Página
Parte A - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	01
ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	10
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
1.3 Organograma Funcional	13
1.4 Macroprocessos Finalísticos	16
1.5 Macroprocessos de Apoio	19
1.6 Principais Parceiros	20
Introdução	21
Principais realizações da gestão no exercício	21
Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ	28
ITEM 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	31
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	34
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	36
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	36
2.4 Indicadores	39
ITEM 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	42
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3.1.2 Análise Crítica	43
3.2. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	44
ITEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45
4.1. Informações Sobre Ações da LOA Anual de Responsabilidade da UJ	45
4.1.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
4.1.1.2 Análise Crítica	46
4.1.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	47
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	48
4.2.1 Programação de Despesas	48
4.2.1.1 Programação de Despesas Correntes	48
4.2.1.2 Programação de Despesas de Capital	48
4.2.1.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	48
4.2.1.4 Análise Crítica	49
4.2.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	49
4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa	51
4.2.3.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	51
4.2.3.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários	51
4.2.3.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários	52
4.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	53
4.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	53
4.2.3.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	53
4.2.3.2.3 Análise Crítica	54
ITEM 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	55
5.1 Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
5.1.1 Pagamentos e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
5.1.2 Análise Crítica	55
5.2 Transferência de Recursos	56
5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	56
5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	57
5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	57

Sumário	Página
5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	58
5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	59
5.2.6 Análise Crítica	59
ITEM 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	60
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	60
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	60
6.1.1.1 Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	61
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	62
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	62
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	63
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	64
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	65
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	65
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	65
6.1.6 Informações sobre os Atos de Pessoal sujeitos a Registros e Comunicação	65
6.1.6.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	65
6.1.6.2 Atos sujeitos à remessa ao TCU por meio físico	66
6.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	66
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	71
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	71
6.2.2 Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	72
6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários	73
ITEM 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	74
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	74
7.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada	74
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	75
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	75
7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ	76
7.2.3 Análise Crítica	76
ITEM 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	77
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	77
8.2 Análise Crítica	79
ITEM 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	80
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	80
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	82
ITEM 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	83
10.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício	83
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	83
10.1.2 Recomendações do OCI atendidas no exercício	86
10.2 Declaração de Bens e Renda estabelecidas na Lei 8.730/1993	89
10.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações impostas pela Lei 8.730/1993	89
10.2.2 Análise Críticas	89
10.3 Modelo da Declaração de Autorização de Dados no SIASG/SICONV	90
10.3.1 Modelo da Declaração de Autorização de Dados no SIASG/SICONV	90
ITEM 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	91
11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	91
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	91
11.2 Declaração do Contador atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	92

Sumário	Página
11.2.2 Declaração com Ressalva	92
ITEM 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	94
12.1 Outras Informações consideradas Relevantes pela UJ	94
Anexo II da Decisão Normativa TCU 119, de 18/01/2012	102
PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	102
Informações Específicas a Constar do Relatório de Gestão	102
ITEM 1. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	102
1.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	102
1.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT	102
1.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	102

Quadros	Página
Parte A - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relato de Gestão Consolidado	10
Quadro A.1.2 - Mapa Estratégico do INT	12
Quadro A.1.3 - Organograma Funcional	14
Quadro A.1.4 - Macroprocesso Finalístico	17
Quadro A.1.5 - Esquema da Cadeia de Valor do INT 2012.	18
Quadro A.1.6 - Macroprocesso de Apoio	19
Quadro A.1.7 - Evolução de Patentes	25
Quadro A.1.8 - Ampliação da Visibilidade Institucional	26
Quadro A.1.9 - Evolução de Pessoal Ativo	28
Quadro A.2.1 - Programas e Ações da UJ	31
Quadro A.2.2 - Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015	33
Quadro A.2.3 - Avaliação dos riscos e tratamento para mitigação	34
Quadro A.2.4 - Calendário das Reuniões da Gestão da Estratégia	35
Quadro A.2.5 - Objetivos Estratégicos	36
Quadro A.2.6 - Diretrizes Estratégicas	37
Quadro A.2.7 - Indicadores de Desempenho	40
Quadro A.2.8 - Definição dos Indicadores de Desempenho	41
Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	42
ITEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
Quadro A.4.1 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
Quadro A.4.2 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
Quadro A.4.3 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	46
Quadro A.4.4 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	46
Quadro A.4.5 - Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção, e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	47
Quadro A.4.6 - Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção, e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	47
Quadro A.4.7 - Programação de Despesas Correntes	48
Quadro A.4.8 - Programação de Despesas de Capital	48
Quadro A.4.9 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	48
Quadro A.4.10 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	49
Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa UJ 240137	50
Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários UJ 240104	51
Quadro A.4.13 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários UJ 240137	51
Quadro A.4.14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários	52
Quadro A.4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	53
Quadro A.4.16 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	54
ITEM 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
Quadro A.5.2.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	56
Quadro A.5.2.2 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	56
Quadro A.5.3 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios UJ 240104	57
Quadro A.5.3.1 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios UJ 240137	57
Quadro A.5.4 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	57
Quadro A.5.5 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse UJ 240104	58
Quadro A.5.5.1 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse UJ 240137	58
Quadro A.5.6 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	59
ITEM 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
Quadro A.6.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	60
Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12	61

Quadros	Página
Quadro A.6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	62
Quadro A.6.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária (Situação apurada em 31/12)	62
Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade (Situação Apurada Em 31/12)	63
Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anos Anteriores	64
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Inativos – situação apurada em 31 de dezembro	65
Quadro A.6.8- Instituidores de Pensão – situação apurada em 31 de dezembro	65
Quadro A.6.9 - Atos sujeitos ao Registro do TCU (artigo 3º da IN TCU 55/2007)	65
Quadro A.6.10 - Atos sujeitos à Comunicação ao TCU (artigo 3º da IN TCU 55/2007)	66
Quadro A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	66
Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (artigo 14 da IN TCU 55/2007)	66
Quadro A.6.13 - Movimentação de Pessoal	68
Quadro A.6.14 - Índice de investimento em capacitação em 2012	69
Quadro A.6.15 - Revisões Trabalhistas	70
Quadro A.6.16 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	71
Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	72
Quadro A.6.18 - Composição do Quadro de Estagiários	73
ITEM 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	
Quadro A. 7.1 - Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada	74
Quadro A. 7.2 - Quilometragem por veículo (odômetro)	74
Quadro A. 7.3 - Consumo de Combustível em Litros	74
Quadro A. 7.4 - Consumo de Combustível em R\$ 1,00	74
Quadro A.7.5 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	75
Quadro A.7.6 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	76
ITEM 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Quadro A.8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	77
Quadro A.8.2- Comentários sobre Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	79
ITEM 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	80
Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	82
Quadro A. 9.2.1 -Representação Gráfica do Consumo de Energia Elétrica no ano	82
Quadro A.9.2.2 - Representação Gráfica do Gasto com Energia Elétrica	82
ITEM 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
Quadro A.10.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	83
Quadro A.10.2. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	85
Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	86
Quadro A.10.4 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	88
Quadro A.10.5 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR	89
Quadro A.10.6 - Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIAS e SICONV	90
ITEM 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
Quadro A.11.2 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não refletem corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	93
ITEM 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	
Quadro A. 12.1 - Relação de projetos desenvolvidos com a FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais.	94
Anexo II da Decisão Normativa TCU 119, de 18/01/2012	102
PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	
Informações Específicas a Constar do Relatório de Gestão	102
ITEM 1. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	
Quadro B.8.1 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	102

Listas de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

ANP – Agência Nacional de Petróleo
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BA – Bahia (estado)
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC - Balanced Scorecard
C&T – Ciência e Tecnologia
C, T, & I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CGU – Controladoria Geral da União
CIMATEC – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do SENAI
CNI – Conselho Nacional da Indústria
CO2 – Dióxido de Carbono
DN - Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MF – Ministério da Fazenda
MME – Ministério da Minas e Energia
MPES – Micro e Pequenas Empresas
MS – Ministério da Saúde
OCC - Organismo de Certificação Credenciado
OCP – Organismo de Certificação de Produtos
ONGS – Organizações não Governamentais
P,D&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
Pintec – Pesquisa de Inovação Tecnológica
PROCON – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor
PROGEX - Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais da Rede Governo
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária

Anexo II da Decisão Normativa TCU 119, de 18/01/2012

Parte A - Conteúdo Geral

Informações Gerais sobre a Gestão

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relato de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			Código SIORG: 1988	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Instituto Nacional de Tecnologia				
Denominação abreviada: INT				
Código SIORG: 232		Código LOA: não se aplica à natureza jurídica da UJ		Código SIAFI: 240104
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 01.263.896/0004-07	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:		(21) 2123-1283	Fax: (21) 2123-1285	(21)2123-1284
Endereço Eletrônico: domingos.naveiro@int.gov.br; marta.sousa@int.gov.br; eduardo.guimaraes@int.gov.br				
Página na Internet: http://www.int.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Venezuela, 82, Saúde, CEP: 20081-312, Rio de Janeiro, RJ				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidada				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Coordenação-Geral Regional do Nordeste - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)	01.263.896/0021-08	240137	Ativa	80489
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Criação do INT: Decreto Federal 15.209 de 28/12/1921.				
Estrutura Organizacional da Presidência da República e dos Ministérios: Lei 10.683 de 28/05/2003 (DOU 28/05/2003), cujos artigos 25, 27 e 29 foram alterados pela Lei 12.545 de 14/12/2011 (DOU 15/12/2011, Seção I) nos seguintes termos: Artigo 25, inciso V: atribui nova denominação ao MCT: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Artigo 27, inciso IV: atribui novas competências ao MCTI. Artigo 29, inciso IV: atribui nova estrutura ao MCTI mantendo o INT.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Estrutura Organizacional do MCT: Decreto 5.886 de 06/09/2006 (DOU 08/09/2006, Seção I).				
Criação da Unidade Gestora 240137 - CETENE: Portaria SPOA/MCT 77 de 16/06/2005 (DOU 17/06/2005, Seção I).				
Regimento Interno do INT e do CETENE: Portaria 619 de 17/08/2010 (DOU 25/08/2010, Seção I, página 1).				
Delegação de Competência do Diretor do INT: Portaria 407 de 29/06/2006 (DOU 30/06/2006, Seção II).				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Não ocorreu no período				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidada				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
240104	Instituto Nacional de Tecnologia - INT			
240137	Instituto Nacional de Tecnologia - Nordeste/MCT			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro Nacional			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
240104		00001		
240137		00001		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

O Instituto Nacional de Tecnologia - INT é uma Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

O INT tem como principais objetivos ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade; e ser referencia na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico, por meio da:

- execução de atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- prestação de serviços técnicos especializados no âmbito de sua competência; e
- capacitação de recursos humanos em suas áreas de competência.

A sede do INT está localizada na Avenida Venezuela, 82, Cais do Porto, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde se encontra instalada sua administração central. Também conta com uma Coordenação Geral Nordeste, denominada CETENE instalada em Pernambuco.

A finalidade e competências institucionais do INT estão definidas no artigo 4 do seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº. 619 do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, de 17/08/2010, publicada no DOU em 25/08/2010 transcrito a seguir:

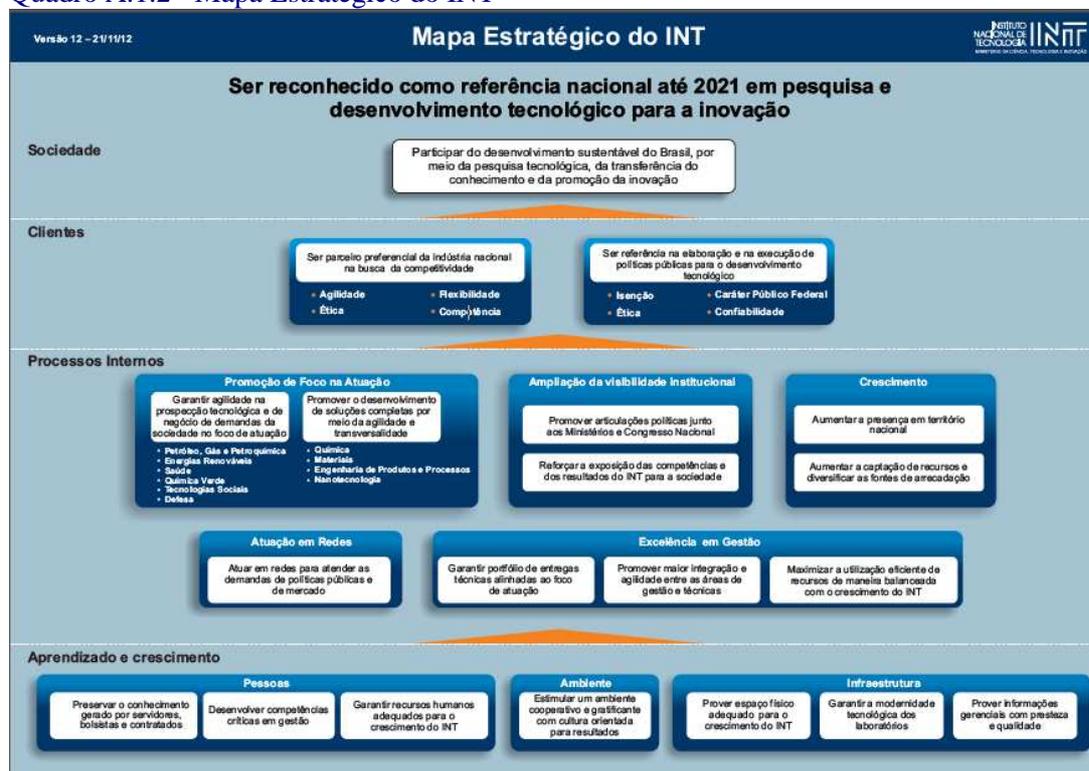
Art. 4º O INT tem por finalidade promover e executar pesquisas, desenvolver e transferir ao setor produtivo tecnologias e produtos, bem como prestar serviços técnicos especializados e capacitar recursos humanos, com ênfase na inovação, competindo-lhe em especial:

- I - executar atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- II - prestar serviços técnicos especializados no âmbito de sua competência;
- III - desenvolver estudos e propor diretrizes para a formulação de políticas ou para a execução de programas no campo da tecnologia no âmbito de suas competências;
- IV - estabelecer e manter intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, bem como de transferência de tecnologia com instituições de pesquisa e ensino, e outras entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V - capacitar recursos humanos em suas áreas de competência;
- VI - exercer a função de órgão pericial técnico independente, na sua área de competência;
- VII - emitir certificados, relatórios e pareceres técnicos em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;
- VIII - exercer a função de Organismo de Certificação Credenciado - OCC, em conformidade com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade;
- IX - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;
- X - gerir e desenvolver atividades de incubadora de empresas de base tecnológica; e
- XI - manter e operar, direta ou indiretamente, escritórios, laboratórios e centros regionais.

A partir de 2011 o INT iniciou a implantação de um novo modelo de gestão denominado “Gestão da Estratégia” fundamentado na metodologia “BSC - Balanced Scorecard” de medição e gestão de desempenho, desenvolvida, em 1992, pelos professores Robert Kaplan e David Norton da Escola de Administração da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

O modelo de gestão adotado tem como objetivo principal alinhar a instituição e definir elementos prioritários da estratégia, sintetizando-os no Mapa Estratégico do INT, visando orientar todo seu corpo funcional na busca de resultados para a sociedade. A seguir, apresentamos a versão do Mapa Estratégico do INT utilizada em 2012.

Quadro A.1.2 - Mapa Estratégico do INT



Este modelo vem, paulatinamente, mudando a forma de administrar a UJ, propiciando um ambiente institucional criativo e inovador orientado para resultados, calcado em valores como ética, transparência, confiança mútua e respeito, favorecendo assim o processo de aprendizagem coletiva.

Fruto deste novo modelo de gestão, submetemos no exercício de 2012 à aprovação do MCTI alterações no atual Regimento Interno de modo a adequá-lo aos conceitos introduzidos pela “Gestão da Estratégia”. Uma dessas alterações é a concepção da nova Missão do INT incorporada à sua finalidade:

Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.

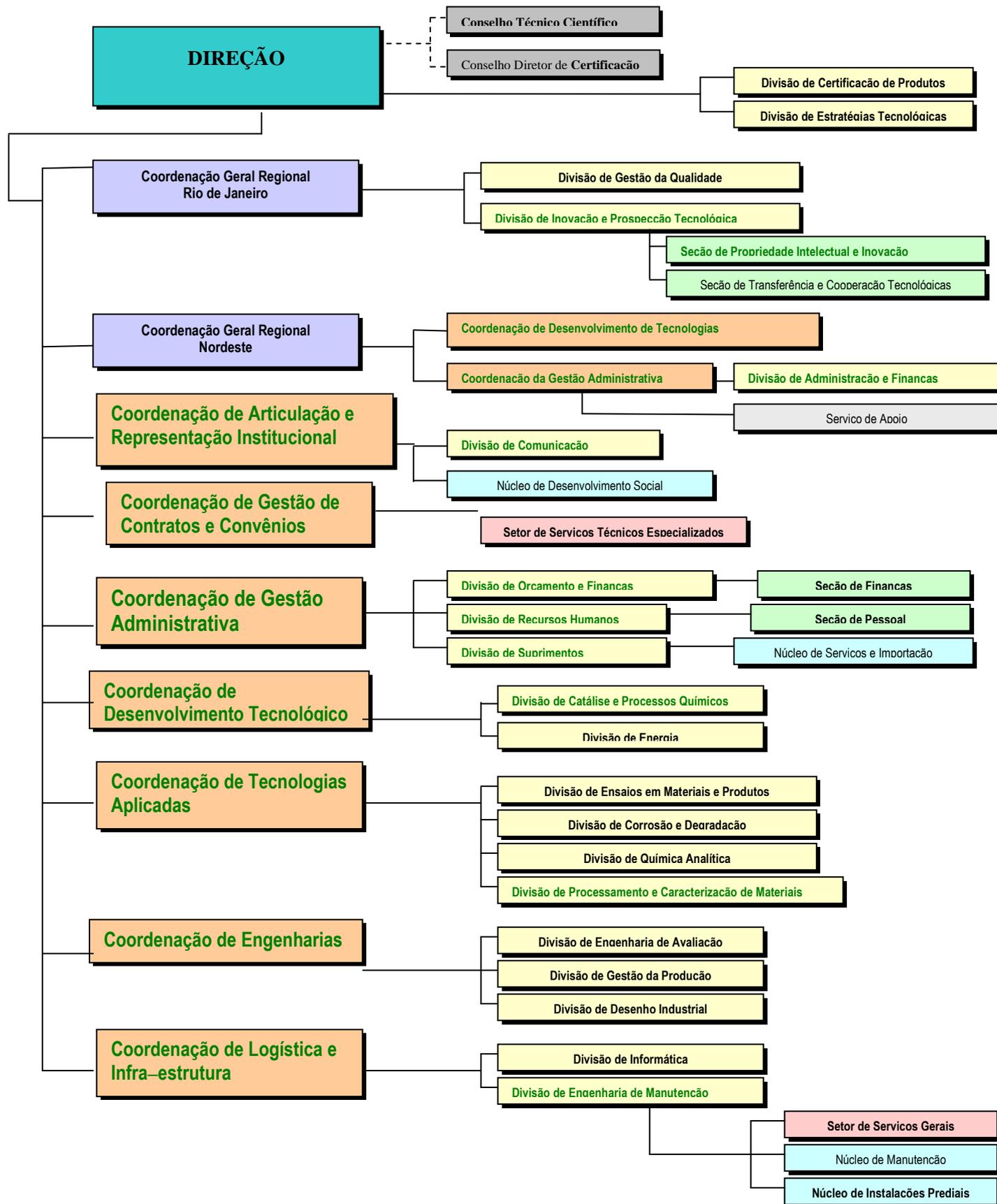
1.3 Organograma Funcional

Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas, departamentos, seções, etc. que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional da unidade, assim como a identificação dos macroprocessos pelos quais cada uma dessas subdivisões são responsáveis e os principais produtos deles decorrentes.

Apresentamos neste subitem o organograma associado ao Regimento Interno em vigor, conforme Portaria nº. 619 do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, de 17/08/2010, publicada no DOU em 25/08/2010, Seção I, página 1.

Quadro A.1.3 - Organograma Funcional

Regimento Interno Portaria MCT 619, de 17 de agosto de 2010 (Publicado DOU 25/08/2010)



Estrutura Organizacional

Unidade Organizacional	Sigla
Direção	DIR
Divisão de Certificação de Produtos	DCER
Divisão de Estratégias Tecnológicas	DIES
Coordenação-Geral Regional do Rio de Janeiro	CGRRJ
Divisão de Gestão da Qualidade	DIGQ
Divisão de Inovação e Prospecção Tecnológica	DINT
Seção de Propriedade Intelectual e Inovação	SPIN
Seção de Transferência e Cooperação Tecnológica	STCT
Coordenação-Geral Regional do Nordeste	CETENE
Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias	
Coordenação de Gestão Administrativa	
Divisão de Administração	
Serviço de Apoio Administrativo	
Coordenação de Gestão de Contratos e Convênios	COGC
Sector de Serviços Técnicos Especializados	SSTE
Coordenação de Articulação e Representação Institucional	COAR
Núcleo de Desenvolvimento Social	NUDS
Divisão de Comunicação	DCOM
Coordenação de Gestão Administrativa	COGA
Divisão de Orçamento e Finanças	DORF
Seção de Finanças	SEFI
Divisão de Recursos Humanos	DARH
Seção de Pessoal	SEPE
Divisão de Suprimentos	DSUP
Núcleo de Serviços e Importação	NUSI
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico	CODT
Divisão de Catálise e Processos Químicos	DCAP
Laboratório de Catálise	LACAT
Laboratório de Biocatálise	LABIC
Laboratório de Catálise Combinatorial	LACCO
Laboratório de Síntese Química	LASIN
Laboratório de Plantas Piloto	LAPPI
Divisão de Energia	DIEN
Laboratório de Energia	LABEN
Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes	LACOL
Laboratório de Gases Combustíveis	LAGAS
Laboratório de Medidas Eletroquímicas	LAMEL

Unidade Organizacional	Sigla
Coordenação de Tecnologias Aplicadas	COTA
Divisão de Ensaaios em Materiais e Produtos	DEMP
Laboratório de Caracterização de Propriedades. Mecânicas e Microestruturais	LACPM
Laboratório de Ensaaios de Produtos	LAENP
Laboratório de Avaliação de Artigos Médico-Hospitalares	LAAMH
Divisão de Corrosão e Degradação	DCOR
Laboratório de Corrosão e Proteção	LACOR
Laboratório de H ₂ S, CO ₂ e Corrosividade	LAH ₂ S
Laboratório de Biocorrosão e Biodegradação	LABIO
Divisão de Química Analítica	DQAN
Laboratório de Química Analítica e Metrologia em Química	LAQAM
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	DPCM
Laboratório de Tecnologia de Materiais Poliméricos	LAMAP
Laboratório de Tecnologia de Pós	LATEP
Coordenação de Engenharia	COEN
Divisão de Engenharia de Avaliação	DIAV
Divisão de Gestão da Produção	DGEP
Divisão de Desenho Industrial	DvDI
Laboratório de Ergonomia	LABER
Laboratório de Modelos Tridimensionais	LAMOT
Coordenação de Logística e Infraestrutura	COIN
Divisão de Engenharia de Manutenção	DEMA
Núcleo de Manutenção	NUMA
Núcleo de Instalações Prediais	NUIP
Setor de Serviços Gerais	SESG
Divisão de Informática	DINF

Conforme informado no item 1.2, a UJ encaminhou ao MCTI no exercício de 2012, a proposta de um novo regimento que altera o atual organograma funcional, tendo como foco adequá-lo ao processo de gestão da estratégia, objetivando:

- Ampliar a quantidade de entregas do INT para a sociedade, visando aumentar sua efetividade.
- Otimizar a força de trabalho frente à falta de pessoal, buscando a eficiência.
- Ampliar a sinergia entre Divisões, ampliando a eficácia.
- Melhorar os processos internos do INT evitando erros e retrabalho e incentivar a adoção do compartilhamento de infraestrutura, otimizando assim o uso do espaço físico e dos equipamentos, focando a economicidade.
- Promover atuação mais focada nos temas estratégicos definidos nas políticas públicas, de forma transparente e aderente.

Como principais alterações propostas, destacamos a criação de uma Coordenação de Negócios visando ampliar as entregas do INT para a sociedade; a fusão de duas Divisões técnicas que apresentavam atividades correlatas; a criação de uma Divisão de Licitações, Contratos e Convênios centralizando essas atividades; e a criação de uma Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social, agregando as atividades de gestão de pessoas e de desenvolvimento social.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes.

O macroprocesso finalístico do INT é alinhado com sua Missão que essencialmente declara o compromisso do INT com a geração e difusão de tecnologia e promoção da inovação para a economia brasileira.

No Regimento Interno vigente, conforme Portaria 619/2010, as finalidades estavam detalhadas ao nível de seus produtos, intermediários e finais, sendo que os mais próximos das atividades fim do INT são:

- Executar atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- Prestar serviços técnicos especializados no âmbito de sua competência;
- Capacitar recursos humanos em suas áreas de competência.

Com a aplicação de um novo Modelo de Gestão a partir de 2011, as atividades do INT estão sendo revisadas visando melhor adequá-los para a nova estruturação do INT. Estas atividades foram revistas gerando um novo Esquema da Cadeia de Valor do INT 2012 (modelo a ser apresentado mais adiante), que contempla o Macroprocesso Finalístico “**GESTÃO TECNOLÓGICA**”, para o qual apresentamos o quadro abaixo:

Quadro A.1.4 - Macroprocesso Finalístico

Número do Macroprocesso Finalístico	1
Nome do Macroprocesso	GESTÃO TECNOLÓGICA
Objetivo do Macroprocesso	Este processo tem o objetivo de gerar entregas técnicas por meio de soluções completas em atendimento as demandas da Sociedade, oriundas dos focos de atuação. ¹
Principais Atividades abrangidas pelo Macroprocesso e seus objetivos	I - execução de atividades, programas e projetos de pesquisa e inovação; II – prestação de serviços técnicos especializados no âmbito das competência estabelecidas no INT; e III – capacitação de recursos humanos nas áreas de competência do INT.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada.

Para apoiar a consecução do macroprocesso finalístico, observando o modelo de transição mencionado no item anterior, o INT utiliza um macroprocesso de apoio chamado de “**GESTÃO ADMINISTRATIVA**”, conforme quadro a seguir.

Quadro A.1.6 - Macroprocesso de Apoio

Número do Macroprocesso de Apoio	2
Nome do Macroprocesso	GESTÃO ADMINISTRATIVA
Objetivo do macroprocesso	Este processo tem o objetivo de promover interna e externamente os insumos necessários para a consecução do Macroprocesso Finalístico com objetivo de gerar as entregas técnicas de soluções completas para as demandas da sociedade.
Principais Atividades abrangidas pelo Macroprocesso e seus objetivos	<ul style="list-style-type: none"> I. Prospecção Tecnológica; II. Contratos e Convênios; III. Articulação Política; IV. Redes Externas; V. Atuação Comercial; VI. Prospecção de Negócios; VII. Atendimento a Clientes; VIII. Comunicação Institucional; IX. Gestão de Projetos; X. Proteção Intelectual; XI. Aquisições (bens e serviços); XII. Recursos Financeiros (planejamento, orçamento e alocação); XIII. Recursos Humanos (contratação e capacitação); XIV. Infraestrutura e Instalações; XV. Tecnologia da informação; XVI. Gestão da Estratégia; XVII. Gestão da Qualidade; XVIII. Comunicação Interna; XIX. Gestão Patrimonial

Deve ser observado que no processo de transição essas atividades estão sendo redesenhadas a partir das atividades existentes ou não, de forma a estabelecer uma gestão integrada e contemplando a transversalidade dos processos, saindo do modelo de correspondência unívoca entre processo e estrutura hierárquica, conforme se observa no Regimento vigente.

No Regimento Interno, em vigor, conforme Portaria 619/2010, os processos de apoio são os seguintes:

- Gestão de Recursos Humanos;
- Gestão Orçamentária e Financeira;
- Gestão de Suprimentos;
- Gestão de Contratos e Convênios;
- Gestão de Informação Tecnológica
- Gestão de Logística e Infraestrutura;
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão de Patrimônio;
- Gestão de Planejamento; e

– Gestão de Comunicação.

1.6 Principais Parceiros

Principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados aos macroprocessos finalísticos da unidade

O INT vem alcançando um reconhecimento como um parceiro ideal por instituições e empresas de vários segmentos que atuam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, principalmente nos seus focos de atuação: petróleo, gás e petroquímica; saúde; energias renováveis; química verde; defesa; e tecnologias sociais. Destacamos a seguir os principais parceiros do INT, agregados pela sua natureza:

- Órgãos do Governo Federal: MME (ANP), MS (ANVISA e FIOCRUZ), MTE, MDIC (INMETRO, INPI, BNDES, Programa Brasileiro de Design e Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade), MEC, Ministério da Defesa (Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha, Cresumar), MF (Secretaria da Receita Federal) e Empresas Públicas (com destaque para a Petrobrás, principal parceiro do INT) e sociedades de economia mista, entre outros;
- Secretarias de C&T do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura do Rio de Janeiro, notadamente o Projeto Porto Maravilha;
- Entidades normativas, sociedades civis sem fins lucrativos, ONGs e órgãos de defesa do consumidor, IDEC e PROCON.
- Órgãos de fomento, em particular a FINEP /MCTI no âmbito do SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia e o BNDES. O INT é o organismo do MCTI que mais atua no ambiente do SIBRATEC, integrando as categorias de redes de Extensão Tecnológica, Centros de Inovação e Serviços Tecnológicos;
- Entidades de inclusão social: ações voltadas para o desenvolvimento social, com foco em cooperativas, associações e afins; e
- CNI, IPT e SENAI-CIMATEC (BA) no âmbito da EMBRAPPII (foco atuante nas áreas de Saúde e Energia).

Integram, ainda, o cadastro de clientes do INT, empresas privadas (incluindo-se MPEs), pessoas físicas e empresas de serviços. Fruto da atividade de incubação de empresas de base tecnológica no INT merece registro a parceria existente com empresas ainda incubadas e empresas já graduadas.

Introdução

O presente Relatório descreve as informações e os demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e gerencial relativas ao exercício financeiro de 2012. Foi estruturado e organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pela Unidade Jurisdicionada INT e pela Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, conforme disposições contidas nos seguintes documentos:

- Instrução Normativa TCU 63/2010, que traz as normas gerais sobre a Prestação de Contas.
- Parte A e B do Anexo II e Anexo III da Decisão Normativa TCU 119/2012 e da Decisão Normativa TCU 121/2012, que estabelece as unidades, os conteúdos e os prazos relacionados à elaboração dos Relatórios de Gestão de 2012.
- Portaria TCU 150/2012, que trata da estruturação de alguns conteúdos do Relatório de Gestão de 2011.
- Quadros da Portaria TCU 150/2012 elaborados pela Equipe do Serviço de Gestão da Prestação de Contas - CONTAS para cópia e reprodução.
- Portaria CGU 133/2013, que estabelece a Norma de Execução nº 01 elaborada para orientar tecnicamente os responsáveis sobre a elaboração do Relatório de Gestão 2012.

Com relação à identificação das Unidades Orçamentárias da UJ requerida no item 4 cabe informar que o INT não é uma Unidade Orçamentária (UO) e por conseguinte não tem UGO consolidada.

O subitem 5.1 “Reconhecimento de Passivos” não foi inserido tendo em vista que a UJ não sofreu, no exercício, limitação nem da programação financeira nem por insuficiência de créditos

Não foi informado o item 5.4, da Parte A do Anexo II da DN TCU 119/2012 que, apesar de se aplicar à natureza da Unidade Jurisdicionada INT e da Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, não apresentou ocorrência no período.

Os itens 5.5 e 5.6 da Parte A do Anexo II da DN TCU 119/2012 não foram informados por não se aplicar à natureza jurídica das UJ de que tratam este Relatório.

Principais realizações da gestão no exercício

A seguir apresentamos as principais realizações da gestão no exercício 2012, agregando os resultados pelos objetivos estratégicos do Mapa Estratégico do INT, já mostrado no item 1.2 deste Relatório.

Visando cumprir seu objetivo estratégico de **ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca de competitividade**, apresentamos a seguir os principais destaques alcançados em 2012, fruto da atuação do INT em P,D&I, agrupados pelos focos estratégicos, a saber: Petróleo, Gás e Petroquímica; Saúde; Energias Renováveis; Química Verde; Defesa; e Tecnologias Sociais.

Petróleo, Gás e Petroquímica:

O programa brasileiro de exploração da camada pré-sal abre oportunidades para o forte adensamento da cadeia de fornecedores de petróleo e gás, objetivando a formação de um amplo complexo industrial e de serviços especializados, que incorpora desde o setor naval e aeronáutico até serviços intensivos em conhecimento de tecnologia da informação. Atuam hoje no mercado de energia no Brasil as principais petroleiras do mundo. Além disso, conta-se com uma empresa âncora de classe mundial, Petrobras, cujas atividades envolvem desde o elo de prospecção até a fase de distribuição de produtos finais.

O INT vem atendendo às demandas do setor de exploração e produção de petróleo simulando o cenário do pré-sal (altas pressão e temperatura), além de apoiar fortemente iniciativas no setor petroquímico, com destaque para os seguintes resultados:

- Corrosão em altas temperaturas nas indústrias de óleo e gás, petroquímica e energia;
- Avaliação de propriedades de materiais compósitos flexíveis para contenção de petróleo em águas profundas;
- Desenvolvimento de membranas avançadas para a produção de hidrogênio a partir da reforma autotérmica do gás natural”;
- Desenvolvimento de tubo de aço baixa liga ao cromo soldado com o processo HF-ERW resistente à corrosão e destinado à exploração de petróleo e gás da camada pré-sal;
- Sistemas de simulação de cenários virtuais a partir da modelagem humana virtual 3D para mapeamento de riscos e incremento da Confiabilidade Humana aplicadas às plantas piloto do Sinais/Petrobras;
- Aplicação da ergonomia de ambientes de trabalho do segmento petróleo&gas, com implantação de projeto ergonômico e arquitetônico em 30 laboratórios e 6 atividades spot;
- Configuração de telas de operação e representação de alarmes para SDCDs em refinarias de petróleo para aumento da confiabilidade humana;
- Caracterização técnica do coque verde de petróleo e do coque calcinado visando sua classificação fiscal, de acordo com a legislação em vigor;
- Caracterização técnica de turbogerador a gás, com capacidade nominal de 168.872 kW, composto por um gerador elétrico acionado por uma turbina a gás, com todos os seus sistemas auxiliares e acessórios, visando sua classificação fiscal, de acordo com a legislação em vigor;
- Testes de corrosão para qualificação de aços de baixa liga para aplicações em dutos de águas ultra-profundas;
- Estudo da ocorrência de bactéria em diesel com baixo teor de enxofre e suas implicações na mistura com biodiesel;
- Revisão bibliográfica sobre a integridade dos materiais metálicos que compõem os tubos flexíveis e rígidos, utilizados para o transporte de óleo e gás quando expostos à ambientes contendo CO₂ e H₂S, bem como os cabos umbilicais;
- Estudo da corrosão em ambiente pré-sal;
- Desenvolvimento de metodologias analíticas para caracterização de insumos, produtos e efluentes para a indústria de petróleo;
- Desenvolvimento de Estudos sobre a qualidade de combustíveis gasosos e contaminantes; e
- Estudos para definição da curva de destilação simulada de alta temperatura em amostras de petróleo e derivados pesados.

Saúde

O Complexo Industrial da Saúde é formado por um conjunto abrangente de atividades econômicas que constituem a base da produção de bens e de serviços relacionados à área da saúde. A indústria farmacêutica pode ser considerada uma de suas principais atividades produtivas, incluindo os segmentos produtores de fármacos (matérias-primas farmacêuticas) e de medicamentos. Outra indústria relevante para o complexo da saúde é a de equipamentos e materiais médicos. A produção das indústrias farmacêutica e de equipamentos médicos se destina primordialmente aos setores prestadores de serviços de saúde, como hospitais, ambulatórios e serviços de diagnóstico e tratamento, que também integram o complexo da saúde. A seguir destacamos os principais resultados alcançados em 2012 no foco estratégico em saúde:

- Desenvolvimento de método tecnológico para solubilização de drogas pouco solúveis de interesse do SUS;
- Desenvolvimento de titânio nanoestruturado para implantes ortopédicos;
- Ampliação da infraestrutura do INT para avaliação da conformidade de preservativos masculinos, luvas cirúrgicas e luvas para procedimentos não-cirúrgicos;
- Ampliação da infraestrutura do INT para avaliação de propriedades mecânicas de implantes e próteses ortopédicas;
- Desenvolvimento de substratos à base de titânio e superfícies nanoestruturados para implantes ósseos; e
- Montagem do laboratório piloto para análise e controle dos produtos derivados do tabaco.

Energias Renováveis

No Brasil, embora a matriz energética seja reconhecidamente limpa, dada a preponderância de geração de energia hidráulica, a ampliação da oferta de energia para sustentar o crescimento econômico demanda investimentos elevados, de longo prazo, em hidrelétricas cada vez mais distantes dos centros de consumo, com forte impacto ambiental. A relevância da diversificação da matriz energética brasileira se faz necessária buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e as potencialidades regionais e locais.

A política energética atual do Brasil, além de prever investimentos para a construção de novas hidrelétricas, busca diversificar a matriz energética incluindo energia nuclear, eólica, fotovoltaica, solar e biomassas. A seguir destacamos os principais resultados alcançados em 2012 no foco estratégico em energias renováveis:

- Estudos prospectivos sobre o aproveitamento integral de microalgas na produção de biocombustíveis;
- Desenvolvimento do projeto para a produção de biocombustível a partir de microalgas empregando-se sistema de injeção de CO₂;
- Formação da Rede de Hidrogênio do MCTI;
- Consolidação das atividades do INT na produção de biohidrogênio;
- Implantação e consolidação da Rede Brasileira de Estudos e Projetos de Armazenamento e Degradação de Biodiesel;
- Produção Experimental de Biodiesel nas Regiões Sul-Fluminense e Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.
- Monitoramento de Características Físico-Químicas Associadas ao Processo de Formação de Borrás ao Longo das Cadeias de Produção, Distribuição e Revenda de Biodiesel e Mistura B5na Região Sul;
- Estudos de Estabilidade, Degradação, Compatibilidade e Corrosão Envolvendo Biodiesel e Misturas Petrodiesel-Biodiesel;
- Apoio à Implantação das Cadeias de Produção e Uso de Biodiesel de Pinhão Manso e Macaúba.
- Produção de 53.000 litros de biodiesel na Usina Experimental de Biodiesel em Caetés-PE;
- Produção de 600.000 mudas, micropropagadas pela Biofábrica Miguel Arraes de Alencar; e
- Avaliação da Conformidade do Biodiesel para diversos clientes, seguindo especificações técnicas da ANP/MME.

Química Verde

Conforme apontado pelo CGEE, os estudos em curso sobre o tema Química Verde pretendem adequar o país aos novos paradigmas da bioeconomia, estabelecendo uma dinâmica de inovação e competitividade para a indústria brasileira baseada em processos químicos que usam matérias-primas renováveis dentro do contexto da química verde. A seguir destacamos os principais resultados alcançados em 2012 no foco estratégico em química verde:

- Síntese de ácido láctico, a partir de glicerina ou de intermediários;
- Desenvolvimento do processo de obtenção de bioácido acético;
- Produção de butanol via dimerização catalítica do etanol; e
- Obtenção de eteno verde a partir do etanol.

Defesa

A indústria de Produtos de Defesa é uma das mais importantes dentro da estrutura produtiva das economias avançadas e também das grandes economias emergentes, particularmente Rússia, China e Índia. Essa importância é devida tanto ao seu caráter estratégico — decorrente da produção dos equipamentos de defesa do país e, conseqüentemente, do domínio de tecnologias sensíveis — como dos seus aspectos econômicos, que estão relacionados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação.

Diante desta constatação, estamos atuando de forma a identificar possibilidades de inserir o INT nos atuais esforços identificados na Estratégia Nacional da Defesa e como destaque em 2012, iniciamos em cooperação com o Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais a proposta de projeto com foco no desenvolvimento de protótipo de sistema com o objetivo de aprimorar a pontualidade de entrega, reduzir o tempo de atravessamento dos serviços, aumentar a rapidez na determinação de prazos e custos e reduzir os custos das oficinas de manutenção de equipamentos de segurança através de um sistema de apoio à programação da produção e determinação de prazos e custos.

Tecnologias Sociais:

A apropriação do conhecimento científico e tecnológico pela sociedade permite, entre outras coisas, a ampliação da cidadania com base em informações robustas, o incremento na renda, por meio da aplicação e utilização de práticas comprovadas e a melhoria da qualidade de vida. No âmbito desse programa prioritário da ENCTI, o INT se insere nas seguintes vertentes principais: inclusão produtiva e social, popularização da C,T&I, e responsabilidade social.

A seguir destacamos os principais resultados alcançados em 2012 no foco estratégico em tecnologias sociais:

- Implementação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do INT, no âmbito do programa Viver Sem Limites, do governo federal, que tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias para atender as necessidades de pessoas com deficiência, em três linhas: Mobilidade e Esporte, Educação Inclusiva e Articulação.
- Desenvolvimento e produção de recursos pedagógicos para suporte à inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas dos sistemas municipais de ensino, com foco na criação de uma linha de produtos para atender às necessidades, na execução de atividades da vida diária, laborais e educacionais de pessoas com deficiência visual e auditiva.
- Projeto Logad@, desenvolvido em parceria com a Solidaritas/Programa Rede Jovem, com apoio da FINEP, que tem como objetivo desenvolver uma plataforma Web de gerenciamento escolar e avaliação socioeconômica e cultural de comunidades de baixa renda, com foco na

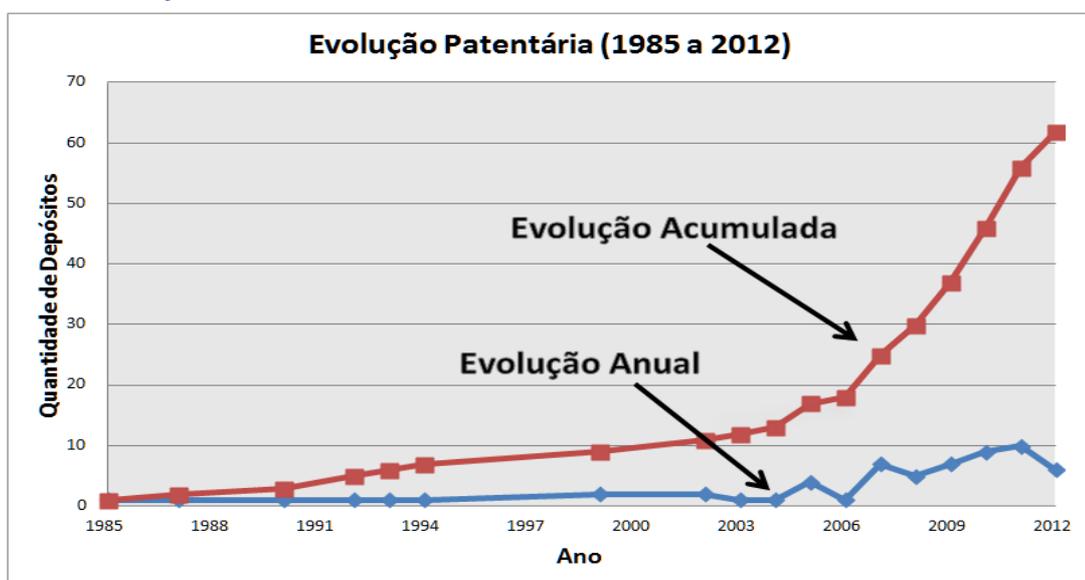
juventude, a ser implantada em sua etapa piloto em escolas da rede pública de ensino do Rio de Janeiro.

- Desenvolvimento de equipamentos para massificação do Rúgbi a partir da inclusão do esporte na Rede Pública de Ensino, que tem como principal objetivo promover a inovação tecnológica para massificação do esporte.
- Participação na Rio+20 expondo resultados do INT como novas embalagens que minimizam perdas de frutas, um mural eletrônico para inclusão de pessoas com deficiências visual ou auditiva e apresentação pelo CETENE dos projetos desenvolvidos pela Biofábrica Governador Miguel Arraes.
- Promoção de eventos internos com foco na popularização da ciência, tais como, o Ciclo de Seminários denominado “Terças Tecnológicas” abordando temas como Embalagens Sustentáveis para frutas e hortaliças e Tecnologia e jovens empreendedores – a experiência da Incubadora de Empresas do INT, além do Ciclo Idéias & Tendências abordando os “Desafios do Crescimento no Brasil” e “Carboidratos como insumo para a Química Sustentável”.
- Promoção de ações com foco em responsabilidade social, que visam à integração e qualidade de vida do corpo funcional do INT além do relacionamento com as comunidades do entorno. Destaque para as seguintes ações: Coral INT; Evento Sexta Cultural, instalação do Espaço de Convivência com biblioteca e jogos, ginástica, tai chi chuan e meditação, participação do Pólo da Região Portuária do Rio de Janeiro e articulação com o grupo Territórios da Paz/ Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro – que atua no Morro da Providência, que ministra aulas de reforço para alunos do ensino fundamental.

Os resultados alcançados pelo INT em 2012 podem ser traduzidos em grandes números como, por exemplo, a emissão de 1.413 Relatórios abrangendo ações em vários estados brasileiros e a realização de 6.041 análises de microscopia e microanálise, oriundas de todos os nove estados que compõem a região Nordeste,

Também merece registro a ampliação do número de pedidos de proteção oriundos dos projetos desenvolvidos no INT, que demonstram o impacto, a relevância e o conteúdo inovador dos resultados mencionados anteriormente. Conforme o gráfico a seguir, nos últimos quatro anos o INT quase que duplicou o número de patentes acumuladas.

Quadro A.1.7 - Evolução de Patentes



No objetivo estratégico de **ser referencia na elaboração e execução de políticas públicas**, merece destaque as seguintes ações:

- Implementação da EMBRAPII- Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial: o INT participa do projeto piloto desta iniciativa do MCTI e da CNI que tem como objetivo fomentar o processo de cooperação entre empresas nacionais e instituições tecnológicas voltadas a pesquisa e desenvolvimento.
- Certificação de Implantes Mamários: visando apoiar a ANVISA/Ministério da Saúde no controle da qualidade dos implantes mamários disponíveis no mercado brasileiro, o INT atuou na geração de normas, na realização de ensaios e na certificação destes produtos, ajudando a evitar a descontinuidade do fornecimento.
- Certificação de Produtos Orgânicos: visando apoiar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na melhoria da qualidade dos produtos orgânicos colocados a venda no mercado brasileiro.

No eixo **Promoção de Foco na Atuação**, foram implementadas ações visando garantir a agilidade no mapeamento das demandas da sociedade e na promoção do desenvolvimento de soluções tecnológicas completas praticando a transversalidade de competências existentes no INT, visando atender prioritariamente os temas: Petróleo, Gás e Petroquímica; Saúde; Energias Renováveis; Química Verde; Defesa; e Tecnologias Sociais.

Vale ressaltar que tais focos foram definidos a partir das políticas públicas, mais especificamente a ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI, o Programa Brasil Maior do MDIC, a Estratégia Nacional da Defesa do Ministério da Defesa, o Programa Mais Saúde do Ministério da Saúde e os programas do Ministério das Minas e Energia.

Também merece registro que entre os 9 programas prioritários da ENCTI o INT tem expressiva participação em 5, a saber: *Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Petróleo e Gás*; no *Programa Fronteiras para a Inovação* destaca-se a atuação em *Nanotecnologia e Novos materiais*, em *Fomento da Economia Verde* a atuação em *Energia*, por meio de suas áreas de Química, Catálise e Energia, que é uma vocação do INT desde sua fundação. Finalmente, em *C,T&I para o Desenvolvimento Social* a atuação do INT em *Tecnologias Assistivas* tem tradição de mais de 30 anos de atuação. A busca de atuação no Complexo Industrial da Defesa expressa a determinação do INT em continuar atendendo as demandas das Políticas Públicas onde suas competências se aplicam.

Com foco na **ampliação da visibilidade institucional**, foram implementadas um conjunto de ações que impactaram significativamente na exposição do INT através de inserções na mídia. O gráfico a seguir demonstra o resultado alcançado.

Quadro A.1.8 - Ampliação da Visibilidade Institucional



Com o objetivo de reforçar a exposição das competências e dos resultados, as equipes do INT participaram em 2012 de 81 Congressos, Seminários e afins, apresentando um total de 158 artigos.

Na dimensão **crescimento**, o INT atuou fortemente com o objetivo de aumentar a presença em território nacional, ampliando o relacionamento com atores locais, como por exemplo, Federações de Indústrias e Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, além de aumentar a captação de recursos e diversificação das fontes de arrecadação, com projetos submetidos a fontes de fomento (ex. FINEP, BNDES e FAPERJ).

Na busca da ampliação dos princípios da eficiência e eficácia, com impacto positivo na economicidade, o INT procurou ampliar sua **atuação em redes**, internas e externas, participando em 23 Redes, nacionais e internacionais, das quais destacamos:

- CENANO – Centro de Caracterização em Nanotecnologia: esta iniciativa interna agrega quatro Divisões técnicas do INT que compartilham a mesma infraestrutura composta por equipamentos de ponta como microscópios eletrônicos, de alto valor de compra, de operação e de manutenção. Com esta iniciativa integrada, deixamos de duplicar a compra de equipamentos similares, otimizando sua utilização. Esta ação foi objeto de avaliação pelo MCTI, sendo aprovada no âmbito do SISNANO – Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias.
- Rede SIBRATEC SAUDE – PRODSAUDE, coordenada pelo INT, que agrega 18 Instituições e 45 laboratórios, objetivando apoiar o setor produtivo e os órgãos de regulamentação, ANVISA e INMETRO, ofertando serviços tecnológicos de avaliação, certificação e desenvolvimento de melhorias de produtos e processos nos produtos para a saúde, visando atender as demandas estratégicas do País, prover mecanismos de garantia da qualidade e confiabilidade, superar barreiras técnicas e aumentar a competitividade das empresas e ampliar a base normativa nacional.
- Rede Brasil-Cuba com foco em Nanotecnologia que conta com a participação de instituições brasileiras e cubanas, visando o desenvolvimento de biocerâmicas nanoestruturadas aplicadas na confecção de próteses e enxertos.
- Rede de Produção de Hidrogênio e Combustíveis, integrante do Programa de Ciência Tecnologia e Inovação para a Economia do Hidrogênio (ProH2) do MCTI, coordenada pelo INT, contando com doze instituições de todo o Brasil.

No objetivo estratégico com foco na busca da **excelência em gestão**, merece registro o resultado alcançado em 2012 pelo INT no âmbito do Programa Excelência na Gestão promovida pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI), que tem como objetivo aprimorar as práticas de gestão das entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (EPDIs), tornando-as mais competitivas. As boas práticas são identificadas por meio dos Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e do Programa Nacional de Gestão Pública (GesPública) que constituem modelos sistêmicos da gestão. Esses critérios são construídos sobre uma base de fundamentos essenciais à obtenção da excelência do desempenho.

Com 382 pontos, o INT alcançou o primeiro lugar no ranqueamento das instituições participantes do ciclo 2012 do Programa e também teve destacada como melhor prática de gestão no item “Implementação das Estratégias”.

Na perspectiva **pessoas**, vale destacar as ações focadas em capacitação e treinamento das equipes do INT, abordando temas como ferramentas de gestão, desenvolvimento de lideranças, e as ações visando à recomposição do quantitativo do corpo funcional, por exemplo, através de programas de bolsas e agregação de profissionais em projetos.

Na perspectiva **ambiente**, as ações implementadas objetivaram estimular uma cultura organizacional orientada para resultados que valorize principalmente a gestão compartilhada, o trabalho interdivisivo e a excelência em gestão.

Por fim, no que tange a **infraestrutura** foram implementadas ações visando otimizar o uso do espaço físico do INT, a adequação da infraestrutura de apoio e a modernidade tecnológica dos laboratórios, condição básica para a geração de resultados. Também foram desenvolvidas ações para melhoria do ambiente de trabalho tornando-o mais seguro e adequado.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ

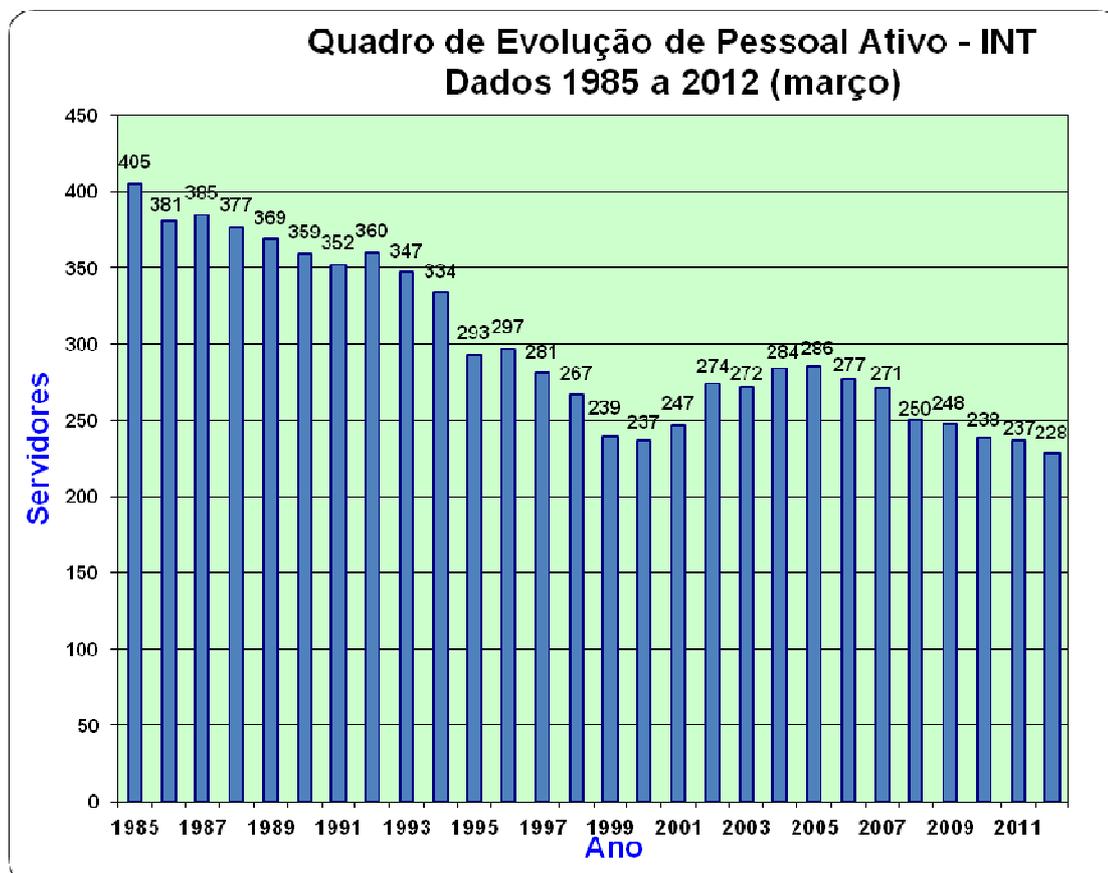
Apresentamos a seguir as principais dificuldades, organizadas em grandes temas.

Falta de recursos humanos:

Como primeiro ponto de destaque, reitera-se a crescente falta de pessoal pelas sucessivas aposentações e demais afastamentos que vem reduzindo drasticamente a força de trabalho em todas as áreas do INT. A ausência de concursos públicos com quantitativos de vagas adequados ao preenchimento das lacunas apresentadas pelo afastamento de servidores não oferece possibilidade de reposição do quadro.

A redução constante do quadro de servidores efetivo, em consequência de aposentadorias, afastamentos por licença médica, licenças prêmio acumuladas, cessão para TRE e outras situações, vem comprometendo a plena execução dos processos e, conseqüentemente, à gestão do INT. Para ilustrar esta afirmativa, apresentamos a seguir um gráfico com a evolução de pessoal ativo do INT.

Quadro A.1.9 - Evolução de Pessoal Ativo



Convém lembrar que estamos vivendo um período extremamente profícuo para a área de ciência, tecnologia e inovação, marcada pelo aumento dos investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País. Nesse período que o INT ampliou significativamente sua participação em projetos importantes para a sociedade brasileira, impactando internamente no aumento dos processos de compra, dos processos de obras, da demanda por serviços, dentre outros, coincide com a diminuição acelerada do quadro de pessoal do INT, mais intensamente das equipes envolvidas nas atividades de gestão.

Em levantamento realizado ao final de 2012, o quadro de pessoal ideal para o INT seria em torno de 400 servidores, similar ao quantitativo existente em 1985. Ou seja, é necessário dobrar o atual número de servidores visando acomodar as futuras aposentadorias e garantir o bom funcionamento da organização, porém a sinalização repassada pelo MCTI é de incorporação em 2013 de somente 45 novos servidores, sem previsão de novos concursos em 2013.

Destaca-se ainda a dificuldade permanente da retenção do conhecimento adquirido pelas equipes ao longo dos anos, pois como não há mecanismos de retenção do conhecimento, ao se aposentarem os servidores levam consigo, sem oportunidade de repassá-lo.

Também merece registro a idade média dos servidores, aproximadamente 50 anos, que impacta diretamente na capacidade de absorção de novas tecnologias (por exemplo, a utilização de sistemas informatizados) e na implementação de novos formatos de trabalho.

Insegurança jurídica:

Até o ano de 2008 o INT possuía em seus quadros, servidores públicos com formação superior em Direito, porém desde janeiro de 2009, todos os advogados foram requisitados e alocados na Advocacia Geral da União. Desde então contamos com o apoio da CJU/RJ – Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, que atende grande parte dos órgãos federais instalados no Estado.

Em função do volume de trabalho da CJU/RJ e também da especificidade das demandas apresentadas pelo INT, oriundas da natureza da sua atuação, encontramos dificuldades na tramitação dos processos do INT impactando significativamente na ampliação dos prazos, apesar dos esforços empreendidos pela equipe da CJU/RJ.

Convém ressaltar que, pela forma que os advogados do INT foram transferidos, não foi possível ocorrer o devido repasse do conhecimento para nossas equipes que impacta na correta instrução processual. Desde então, implementamos ações com foco no treinamento das nossas equipes, mas reforçamos que uma solução possível seria o INT contar com um Servidor com formação superior em Direito para servir de interlocutor com a equipe da CJU/RJ.

Vale registrar que, por ocasião da auditoria realizada pela equipe da CGU no primeiro trimestre de 2010, tivemos a oportunidade de implementar melhorias na instrução de vários processos, fruto da ação proativa dos Auditores.

Valoração das atividades voltadas para a Ciência, Tecnologia e Inovação

Apesar da atual valorização por parte do Governo Federal dos temas ciência, tecnologia e inovação, ainda não usufruímos de ações de porte que contemplem tais temas. Por exemplo, as alocações de vagas nos últimos concursos públicos realizados pelo MCTI estão sempre muito aquém das reais necessidades das Unidades de Pesquisa.

O próprio MCTI não consegue atender a contento as demandas emanadas pelas suas Unidades. Por exemplo, buscamos por diversas vezes apoio jurídico junto a CONJUR/MCTI sem ser atendido por conta da falta de pessoal. Outra questão que muito impacta nosso dia a dia é o processo de aprovação do novo Regimento Interno do INT, que se encontra em análise no MCTI desde outubro do ano passado.

Espaço físico:

Em função das restrições impostas pelas dimensões do terreno que ocupa, cerca de 6 mil m², ao longo dos 91 anos de sua existência, o INT adotou um modelo de ocupação física verticalizado, sendo que atualmente as instalações da sede do INT, incluindo seus 22 Laboratórios, ocupam 23 mil m², localizada em grande parte num prédio de oito andares,

Tal configuração não é adequada para instalar instituições tecnológicas, que comumente praticam construções horizontalizadas, e torna a operação do INT mais complexa, principalmente por conta das necessidades oriundas dos Laboratórios, tais como, instalações de gases, manipulação de produtos químicos, dentre outras. Além disso, chegamos ao limite de ocupação do atual espaço físico o que impacta a implementação de futuras expansões oriundas de novas demandas da sociedade.

Também merece registro a premente necessidade de investimentos de porte visando à modernização de sua infraestrutura de apoio, como por exemplo, a necessidade de uma reforma completa nas instalações elétricas e a ampliação dos itens de segurança das instalações prediais. Tais investimentos não podem ser absorvidos pelo atual orçamento do INT e deveriam ser foco de um tratamento diferenciado pelo MCTI.

ITEM 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Informações sobre o planejamento estratégico da unidade, contemplando:

- Período de abrangência do plano estratégico, se houver;
- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas;
- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade;
- Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula;
- Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão;
- Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

a) O Plano Estratégico INT 2011 – 2015 tem correspondência com o Mapa Corporativo apresentado no item 1.2. Estes, por sua vez, são reconhecidos pelo MCTI, no escopo do Termo de Compromisso de Gestão do INT, pela denominação genérica de Plano Diretor da Unidade – PDU, atribuída pela SCUP/MCTI ao Plano Estratégico de suas Unidades.

b) O Plano estratégico do INT foi elaborado a luz das suas competências e em consonância com suas atribuições legais detalhadas no Regimento Interno.

c) O Plano de Metas e de Ações do INT consolidado no PPA 2012-2015 compreende as seguintes metas físicas e as seguintes correlações com o Plano Estratégico do INT – PDU 2011-2015

Quadro A.2.1 - Programas e Ações da UJ

Programa	Ação	2012
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	4954 - P,D e Inovação em Energias Renováveis	20
	4955 - Inovação e Engenharia de Produtos e Processos no INT	20
	4972 - Pesquisa e Inovação no INT	60
	2C67 P&D no Centro de Estudos de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	10

A dimensão qualitativa das ações constantes do PPA pode ser depreendida das Finalidades e Descrição das respectivas Ações, relatadas a seguir:

Ação 4954 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis: Finalidade: Realizar estudos e pesquisas nas áreas de energias renováveis e conservação e uso racional de energia com foco em combustíveis tradicionais e combustíveis alternativos, que atendam as demandas dos setores produtivos. Estes estudos e pesquisas envolvem biomassa para produção de combustíveis

sintéticos; etanol de segunda geração, hidrogênio e suas aplicações. Descrição: Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio de estudos e projetos focados no aproveitamento de resíduos e biomassa para a produção de biocombustíveis, no desenvolvimento de catalisadores para produção de energia limpa, na realização de estudos das diferentes rotas de produção do hidrogênio e a realização de estudos e projetos de avaliação de processos e equipamentos, visando à minimização dos impactos ambientais e a sustentabilidade do País. Entregas (Especificação de produtos): Geração de produtos e processos inovadores, através de projetos multidisciplinares, desenvolvidos em rede visando atender as demandas por energias renováveis. Implementação da Ação: Formalização de termos de contratos e instrumentos congêneres com empresas, instituições de C,T&I e entidades de ensino, observadas as políticas governamentais, as diretrizes ministeriais e o planejamento institucional

Ação 4955 – Inovação e Engenharia de Produtos e Processos no INT: Finalidade: Garantir a modernização da infraestrutura laboratorial do INT visando o atendimento das demandas por serviços tecnológicos de extrema relevância para o País, em particular nas áreas de saúde, petróleo e gás, energias renováveis, petroquímica, defesa e tecnologias sociais. Descrição: Promover o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras contribuindo para aumentar o valor agregado dos produtos e serviços, sua produtividade e competitividade nos mercados interno e externo. Entregas (Especificação de produtos): Atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de processos e produtos; de serviços tecnológicos; e de extensão e assistência tecnológica, atendendo aos objetivos das políticas públicas, tais como, o Plano de Ação do MCT (PACTI2), do MDIC (PDP2), do MS (Mais Saúde), do MME (Programas em energia). Implementação: Formalização de termos de contratos e instrumentos congêneres com empresas, instituições de C,T&I e entidades de ensino, observadas as políticas governamentais, as diretrizes ministeriais e o planejamento institucional.

Ação 4972 – Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação no INT; Finalidade: Desenvolver produtos e processos inovadores utilizando o marco legal de apoio a inovação, fomentando a proteção e repasse da propriedade intelectual, contribuindo para a consolidação e geração de empresas de base tecnológica. Descrição: Desenvolvimento de soluções tecnológicas multidisciplinares para os segmentos industriais, em especial nos setores de petróleo e gás, petroquímica, energias renováveis, saúde, tecnologias sociais e defesa, por meio da implementação de projetos, prestação de serviços tecnológicos e atuação em rede. Entregas (Especificação de produtos): Geração de produtos e processos inovadores, através de projetos multidisciplinares, desenvolvidos em rede visando atender as demandas dos setores econômicos. Implementação: Formalização de termos de contratos e instrumentos congêneres com empresas, instituições de C,T&I, e entidades de ensino, observadas as políticas governamentais, as diretrizes ministeriais e o planejamento institucional.

d) Por meio de seu processo de “Gestão da Estratégia”, implementado em 2011 e consubstanciado no Mapa Estratégico, o INT se alinha ao MCTI e ao Mapa da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012 – 2015). Conforme se observa no diagrama abaixo, notadamente nas relações de causa e efeito indicadas pelas setas, a contribuição expressiva do INT se dá por meio de sua atuação na Promoção da Inovação, enfocando as seguintes estratégias associadas à ENCTI:

- Consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) para a gestão da política de inovação nas instituições científicas e tecnológicas;
- Consolidação das Redes de Centros de Inovação, de Serviços Tecnológicos e de Extensão Tecnológica do SIBRATEC para apoio aos esforços de inovação das empresas;

- Ampliação da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com ênfase na fase final do desenvolvimento de produtos, principalmente por meio da criação de instituição estratégica orientada para a inovação industrial — Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) –, em parceria com a CNI.

Quadro A.2.2 - Mapa Estratégico da ENCTI 2012-2015



Fonte: MCTI

Ademais a vinculação se dá por meio dos Focos de Atuação aos Programas Prioritários. Conforme já exposto anteriormente, entre os nove programas prioritários da ENCTI o INT tem expressiva participação em cinco.

e) Os principais objetivos traçados são os constantes do Mapa Corporativo e estão detalhados no Quadro de Indicadores no item 2.3 deste Relatório.

f) As principais ações planejadas em 2012 para o INT atingir os objetivos estratégicos estabelecidos conforme a Gestão da Estratégia denominam-se Iniciativas e foram as elencadas a seguir:

- Ampliação do corpo funcional;
- Avaliação do espaço físico do INT;
- Implementação do modelo de gestão da estratégia;
- Implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos do INT;
- Mecanismos de retenção de aposentados e bolsistas;
- Metodologia para Planejamento Estratégico Tecnológico do INT;
- Implantação do modelo de aliança estratégica público-privada;
- Implantação de um Sistema Gerencial Corporativo;
- Implantação dos CADEs - Comitês de Assessoramento de demandas nos Focos Estratégicos;
- Plano de Marketing Institucional;
- Promoção da Transversalidade;
- Redesenho de processos críticos de gestão;
- Reestruturação organizacional.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente sobre:

- Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;
- Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;
- Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;
- Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;
- Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

a) Avaliação dos riscos e tratamento para mitigação

Quadro A.2.3 - Avaliação dos riscos e tratamento para mitigação

Riscos Institucionais	Tratamento
Insuficiência quantitativa de servidores: aposentadoria do corpo funcional do INT em curto prazo.	Gestões junto ao MCTI para obtenção de vagas para o instituto em concurso público Adesão a programas institucionais para provimento de bolsistas e estagiários.
Recursos insuficientes para a ampliação, manutenção modernização da infraestrutura predial e atividades finalísticas.	Gestões junto ao MCTI para obtenção de recursos adicionais e participação em editais de fomento ou através de novos modelos de financiamento, por exemplo, a EMBRAPIL.
Ausência de um sistema integrado de informações gerenciais	Adoção do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas. Busca de sistemas robustos para subsidiar a gestão
Baixa visibilidade do INT como instituição de P, D & I e prestadora de serviços tecnológicos.	Redesenho na comunicação institucional, definido mídias alvo e adotando um conjunto de ações que impactaram significativamente na exposição do INT através de inserções na mídia.
Dependência de numero reduzido de clientes e parceiros, por exemplo, Petrobras	Formação de novas parcerias e busca de novos formatos de atuação.
Pulverização dos trabalhos frente à diminuição dos recursos humanos	Definição de focos de atuação

b) Conforme explicitado anteriormente o Redesenho de Processo vem sendo implementado, por meio de uma Iniciativa Estratégica, focando inicialmente os processos oriundos da área de recursos humanos e suprimentos.

c) Conforme apontado na proposta de novo regimento, foram identificadas como necessárias, a fusão de Divisões e/ou Laboratórios, a descontinuidade de atividades, a criação de novas Divisões e Coordenações, dentre outras.

d) A comunicação da estratégia é realizada através de atividades previstas no modelo de gestão, notadamente o Congresso Interno e a Reunião Anual de Avaliação de Resultados, conforme representado a seguir.

Quadro A.2.4 - Calendário das Reuniões da Gestão da Estratégia

	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
GESTÃO TÉCNICA												
Reuniões Mensais de Monitoramento dos Projetos Técnicos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões Trimestrais de Monitoramento das Cestas de Projetos Técnicos			■		■		■		■		■	
GESTÃO DA ESTRATÉGIA												
Reuniões Mensais de Monitoramento das Iniciativas Estratégicas das Divisões e Corporativas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões Trimestrais de Análise da Estratégia das Divisões (Painéis de Contribuição)		■		■		■		■		■		■
Reuniões Trimestrais de Alinhamento dos Painéis de Contribuição pelas Coordenações		■		■		■		■		■		■
Reuniões Trimestrais de Análise da Estratégia do BSC Corporativo				1ª RAE		2ª RAE			3ª RAE			
Formulação e Comunicação da Estratégia:												
Congresso Interno – Apresentação Anual de Todos os Painéis de Contribuição												
RAAR – Formulação Anual da Estratégia do INT												
Reunião Anual de Pactuação – Elaboração e Alinhamento das Metas						■						

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:

- Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;
- Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;
- Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Seguindo a pactuação realizada com o MCTI por meio do TCG, apresentamos a seguir os resultados referentes ao PDU do INT, dividindo em dois quadros: objetivos estratégicos e diretrizes estratégicas.

Quadro A.2.5 - Objetivos Estratégicos

Objetivo INT	Meta	Descrição dos Indicadores	Unidade	Peso	Meta 2012	1º Semestre 2012		Jan. a dez. 2012	
						Pactuado	Realizado	Pactuado	Realizado
Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.	1	Índice de impacto da atuação do INT	%	3	50%	50%	86%	50%	87%
Ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade.	2	Grau de satisfação de clientes*	%	3	80%	80	95%	80%	95%
Ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico.	3	Percentual de projetos e serviços ligados aos ministérios e agências reguladoras	%	3	5%	5%	31%	5%	23%
		Representação em fóruns de formulação de políticas públicas nas seis demandas prioritárias			20%	20%	30%	20%	28%

Quadro A.2.6 - Diretrizes Estratégicas

Diretrizes	Meta	Descrição dos Indicadores	Unidade	Peso	Meta 2012	1º Semestre 2012		Jan. a dez. 2012	
						Pactuado	Realizado	Pactuado	Realizado
Garantir agilidade no mapeamento, tradução organização e priorização das demandas da sociedade.	4	Índice de Prospecção	%	2	20%	20%	20%	20%	22%
Promover o desenvolvimento de soluções completas por meio da agilidade e transversalidade dos diversos órgãos e competências internas.	5	Índice de transversalidade	%	1	25%	NA	NA	25%	18%
		Índice de cumprimento de prazos			85%	85%	80%	90%	95%
Reforçar a exposição das competências e dos resultados do INT para a sociedade.	6	Índice de divulgação.	%	2	18%	18%	11%	18%	8%
Aumentar a captação de recursos e diversificar as fontes de arrecadação	7	Índice de captação de recursos de fomento pelas seis demandas prioritárias	%	1	25%	NA	NA	20%	25%
Atuar em redes internas e externas para atender as demandas de políticas pública e de mercado	8	Índice de projetos em rede	%	1	25%	25%	22%	25%	15%
Garantir portfólio de entregas técnicas alinhado ao foco de atuação.	6	Índice de alinhamento das entregas técnicas	%	1	60%	NA	NA	60%	53%
Desenvolver competências críticas em gestão	10	Índice de investimentos em capacitação e treinamento em gestão	%	1	60%	60%	NA	60%	

Diretrizes	Meta	Descrição dos Indicadores	Unidade	Peso	Meta 2012	1º Semestre 2012		Jan. a dez. 2012	
						Pactuado	Realizado	Pactuado	Realizado
Garantir recursos humanos adequados para o crescimento do INT.	11	Índice de adequação do corpo funcional nas áreas técnicas.	%	2	60%	NA	NA	60%	NA
		Índice de adequação do corpo funcional nas áreas de gestão		2	60%	NA	NA	60%	NA
Ampliar cultura orientada para resultados	12	Implantação de etapas da gestão da estratégia	%	1	Etapa 01	NA	NA	Etapa 01	100%
		Grau de satisfação do corpo funcional na pesquisa de clima anual*		1	60%	NA	NA	60%	80%
Garantir a modernidade tecnológica dos laboratórios	13	Índice de investimento em infraestrutura laboratorial	%	1	40%	NA	NA	40%	NA

Legenda:

- - Meta alcançada
- - Meta Não alcançada - Atenção
- - Indicador não operacionalizado
- NA = Não avaliado

2.4 Indicadores

Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

4 - Desempenho Geral do INT – Acompanhamento

A seguir apresentamos um quadro com os resultados de acompanhamento físico e operacionais, com a pontuação obtida em 2012, obtida pela relação do pactuado e realizado.

Quadro A.2.7 - Indicadores de Desempenho

						Meta 2012	1º Semestre		Total 2012		Variação (%)	Nota	Pontos		
Indicadores			Série Histórica			Unidade	Peso	Pactado	Realizado	Pactado				Realizado	
Físicos e Operacionais			2009	2010	2011			A	B	C	D	E	F	G=A*F	
IGPUB – Índice Geral de Publicações			0,69	0,61	0,54	Pub/téc.	2	0,55	0,25	0,23	0,55	1,38	262	10	20
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional			15	16	17	Nº	2	15	8	8	15	15	80	10	20
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional			154	141	146	Nº	3	145	70	121	145	159	110	10	30
IIA - Índice de impacto da atuação do INT			-	-	50	%	3	50	50	86	50	87	174	10	30
IMAR-- índice de entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras			-	-	5	%	1	5	5	31	5	23	460	10	10
RFPP- Representação em Fóruns de formulação de políticas públicas nas seis demandas prioritárias			-	-	2	%	1	20	20	30	20	28	140	10	10
ICPC- Índice de cumprimento de Prazos			-	-	85	%	1	85	85	80	85	95	112	10	10
IPR- Índice de Projetos em Rede			-	-	25	%	1	25	25	24	25	15	60	2	2
IPIIn – Índice de Propriedade Intelectual			0,4	0,31	0,44	Nº / téc	2	0,4	0,2	0,02	0,4	2,54	18	10	20
Administrativos e Financeiros															
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento			70	61	47	%	2		26	20	27	38	140	10	20
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC			193	305	282	%	2		250	620	249	274	110	10	20
IEO - Índice de Execução Orçamentária			83	83	86	%	2	100	100	31	100	95	95	10	20
Recursos Humanos															
ICT - Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento			4	3	2,3	%	2	2	3	4	2	4	200	10	20
PRB - Participação Relativa de Bolsistas			57	43	55	%	0			95		95		-	-
PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado			30	8	9	%	0			11		11		-	-
Inclusão Social															
PIS - Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social			12	9	7	Nº Proj	2	7	6	6	7	8	114	10	20
Totais (Pesos e Pontos)							26						Nota Global (T. Pontos/ T. Pesos)	9,7	252

CONCEITO A (EXCELENTE)

Relatório de Gestão do exercício de 2012

IN TCU 63/2010

DN TCU 119/2012 e DN TCU 121/2012: Anexo II (Parte A e B) e Anexo III

Portaria TCU 150/2012; Portaria CGU 133/2013 e Norma de Execução CGU 1/2013

Quadro A.2.8 - Definição dos Indicadores de Desempenho

Indicadores Físicos e Operacionais	Resultados Jan - Dez 2012	
	Previsto	Executado
IGPUB (=NGPUB/TNSE)	0,55	1,38
NGPUB - N°. de publicações	85	213
TNSE- Técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas	154	154
PPACI (=NPPACI)	15	15
NPPACI - N°. de projs., progs. e ações desenvolvidos em parceria c/ inst. Estrangeiras	15	15
PPACN (=NPPACN)	145	159
NPPACN - N°. de projs., progs. e ações desenvolvidos em parceria c/ inst. Nacionais	145	159
IIA (=NE2i/NTE)*100	50	87
NE2i - nº entregas com 2 inovações, no mínimo.		328
NTE – nº total de entregas		379
IMAR (=EMAR/NTE)* 100	20	23
EMAR - entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras		125
NTE – nº total de entregas		379
RFPP (RFPP6/RFPP)* 100	20	28
RFPP6 – Representações em fóruns de Polít. Pub. nas 6 demandas prioritárias		17
RFPP- N° total de repres. em fóruns de Políticas Públicas		61
ICPC (= CAP/NTC) * 100	85	95
CAP - N°. contratos atendidos no prazo menos contratos não atendidos por falha do cliente		71
NTC - N°. total de contratos assinados menos os contratos não atendidos por falha do cliente		89
IPIn (= NP/TNSE)	0,4	2,54
NP - N° de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade,etc.		391
TNS E- Técnicos de nível superiores vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas	154	154
IPR (=NPR/NTE) * 100	25	15
NPR = N° de entregas em redes		55
NTE = N° total de entregas		379
Indicadores Administrativos e Financeiros	Previsto	Executado
APD (= [1-(DM/OCC)] * 100)	26,86	38
DM - somatório das despesas gerais com manutenção	14.808.953	9.546.539
OCC - dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef.	20.246.853	15.284.053
RRP (= RPT/OCC) * 100	248,76	274
RPT - rec. própria total (F 150, extraorçamentárias, via fundações, excluídos aux. a pesq.).	50.366.109	41.820.749
OCC - dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef	20.246.853	15.284.053
IEO (= VOE/OCCe) *100	100,58	95
VOE =OCC	20.246.853	15.284.053
OCCe -somatório dotações de o. custeios e capital, F 100 e 150 (limite empenho autorizado)	20.129.253	19.092.696
Indicadores de Recursos Humanos	Previsto	Executado
ICT (= ACT/OCC) * 100	2	4
ACT - rec. financeiros, próprios ou via fundações, aplicados em capacitação e treinamento	464.802	224.799
OCC - dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef	20.246.853	5.964.385
PRB (= NTB/NTS) *100	95,09	95,09
NTB - somatório dos bolsistas (PCI, RD etc.) no ano	213	213
NTS - N°. total de servidores em todas as carreiras no ano	224	224
PRPT (= NTP/NTS) *100	11	11
NTP - somatório do pessoal terceirizado no ano	25	25
NTS - N°. total de servidores em todas as carreiras no ano	224	224
Indicador de Inclusão Social	Previsto	Executado
PIS (=NPIS)	6	8
NPIS - N° de projetos e programas	6	8

Fonte: TCG – INT 2012 – Divisão de Estratégias Tecnológicas

ITEM 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.1.2 Análise Crítica

A adoção do modelo de gestão estratégica adotado desde 2011 contempla um conjunto de ações de monitoramento/controle exercido em todos os níveis hierárquicos, garantindo a sustentabilidade das atividades desenvolvidas na instituição através de uma avaliação constante do controle interno.

As ações de controle e procedimentos não percolam na UJ consolidada com a mesma velocidade devido a sua localização distante da sede.

3.2. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

CGU-PAD

Relatório de Procedimentos Instaurados

01/01/2012 a 31/12/2012

Total de Processos Administrativos Disciplinares: 0

Total de Sindicâncias: 0

Total de Procedimentos: 0

Emitido por: Carla dos Santos Macedo Paes

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 27/03/2013

CGU-PAD

Relatório e Procedimentos Julgados

01/01/2012 a 31/12/2012

Total de Processos Administrativos Disciplinares 0

Total de Sindicâncias 0

Total de Procedimentos 0

01/01/2012 a 31/12/2012

Total de Processos Administrativos Disciplinares 0

Total de Sindicâncias 0

Total de Procedimentos 0

Emitido por: Carla dos Santos Macedo Paes

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 27/03/2013

ITEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Ações da LOA Anual de Responsabilidade da UJ

Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

- Função, subfunção e programa de vinculação da ação;
- Metas e desempenhos físicos e financeiros;
- Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;
- Reflexos dos restos a pagar na execução das ações.

4.1.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	4954					
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energia Renováveis					
Iniciativa	01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis					
Unidade Responsável	240104 - Instituto Nacional de Tecnologia					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.105.000	1.105.000	1.043.914	791.624	30.253	252.289	761.371
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto desenvolvido	Unidade	20	43	1.105.000	1.043.914

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

Quadro A.4.2 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	4955					
Descrição	Inovação e Engenharia de Produtos e Processos no Instituto Nacional de Tecnologia					
Iniciativa	01M6 - Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, das redes estaduais de extensão tecnológica e fortalecimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)					
Unidade Responsável	240104 - Instituto Nacional de Tecnologia					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.820.000	1.820.000	1.806.924	603.795	0	1.203.129	603.795
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto desenvolvido	Unidade	20	38	1.820.000	1.806.924

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

Quadro A.4.3 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	4972					
Descrição	Pesquisa e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia					
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Unidade Responsável	240104 - Instituto Nacional de Tecnologia					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.491.000	4.491.000	3.837.007	1.130.551	122.843	2.706.456	1.007.708
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto desenvolvido	Unidade	60	83	4.491.000	3.837.007

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

Quadro A.4.4 - Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	2C67					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Estudos e Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE					
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Unidade Responsável	240104 - Instituto Nacional de Tecnologia					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.532.000	2.514.349	2.509.346	1.435.344			1.427.788
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada	Unidade	10	29	2.532.000	2.509.346

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

4.1.1.2 Análise Crítica

Projeto desenvolvido é o padrão de medida escolhido para a mensuração dos resultados da gestão das ações temáticas do INT em relação à meta física. O incremento percentual de 1,64 em relação ao previsto é resultado do alinhamento da prospecção tecnológica aos focos de atuação aplicados à captação de projetos. O mapeamento das competências institucionais desenvolvido pela “Gestão da Estratégia” auxiliou a tomada de decisão do gestor e das áreas finalísticas na busca na redução da pulverização de captação projetos desvinculados da missão, visão e metas estratégicas. Esta medida viabilizou a ampliação do portfólio de projetos cada vez mais atrelados às capacidades do corpo funcional, com reflexos positivos na mensuração da satisfação dos clientes.

4.1.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 - Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção, e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	2000 (INT)					
Descrição	Administração da Unidade - Nacional					
Iniciativa						
Unidade Responsável	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.234.195	6.234.195	5.730.718	3.666.388	147.750	2.064.330	3.518.638
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

Quadro A.4.6 - Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção, e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	2000 (CETENE)					
Descrição	Administração da Unidade - Nacional					
Iniciativa						
Unidade Responsável	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.947.058	3.947.058	3.324.746	2.523.406	3.630	801.340	2.519.776
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SOFI/MCTI/SigMCT

Observamos que a responsabilidade integral da ação 2000 - Administração da Unidade é da UO, que realiza a movimentação interna dos créditos para todas as UJ de sua vinculação direta. Assim as informações sobre metas físicas e financeiras vinculadas a esta ação estão atribuídas à UO na Lei 12.595/2012, que aprovou a LOA para o exercício de 2012, devendo, portanto, ser declaradas no Relatório de Gestão do MCTI.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

- Identificação das unidades orçamentárias (UO) consideradas no relatório de gestão;
- Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência;
- Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada.
- Movimentação de créditos interna e externa;
- Execução das despesas por modalidade de licitação e por elementos de despesa;
- Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

4.2.1 Programação de Despesas

4.2.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.7 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes	
		3- Outras Despesas Correntes	
		2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	12.548.000	12.548.000
	PLOA INT	4.542.000	4.542.000
	PLOA CETENE	1.732.000	1.732.000
	LOA INT	4.542.000	4.542.000
	LOA CETENE	1.732.000	1.732.000
Total		12.548.000	12.548.000

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Orçamento Federal

4.2.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.8 - Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital	
		4 – Investimentos	
		Exercícios	
		2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	7.348.000	7.348.000
	PLOA INT	2.874.000	2.874.000
	PLOA CETENE	800.000	800.000
	LOA INT	2.874.000	2.874.000
	LOA CETENE	800.000	800.000
Total		7.348.000	7.348.000

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Orçamento Federal

4.2.1.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.9 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	12.548.000	12.548.000	7.348.000	7.348.000
	PLOA INT	4.542.000	4.542.000	2.874.000	2.874.000
	PLOA CETENE	1.732.000	1.732.000	800.000	800.000
	LOA INT	4.542.000	4.542.000	2.874.000	2.874.000
	LOA CETENE	1.732.000	1.732.000	800.000	800.000
Total		12.548.000	12.548.000	7.348.000	7.348.000

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Orçamento Federal

4.2.1.4 Análise Crítica

As categorias econômicas de juros e encargos da dívida, inversões financeiras, amortização da dívida e reserva de contingência não se aplicam à natureza jurídica da UJ e sua consolidada.

A partir do exercício de 2004 os créditos destinados às despesas com pessoal e encargos sociais passaram a ser executados pela UO na Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/MCTI).

A Lei 12.595/2012 não restringiu os créditos das ações temáticas da UJ e sua consolidada em relação à LOA/2011. A restrição ocorreu na ação 2000, de responsabilidade do Órgão Central que efetuou corte de 2,06% nos créditos do INT e 2,03% nos do CETENE em relação a 2011, cujo montante de R\$ 212.859,00 não chegou a comprometer a programação das ações de apoio programadas para 2012.

Além dessa restrição o decreto 7.689/2012 estabeleceu limite para gastos com viagens nacionais e internacionais. As despesas relativas a essa atividade foram cuidadosamente monitoradas permitindo economia e racionalização dos recursos sem prejuízo para realização das atividades finalísticas programadas para o período.

Cabe ainda observar que a liberação total dos créditos no primeiro trimestre do exercício permitiu à UJ e sua consolidada uma execução orçamentária compatível com a programação de trabalho prevista para o período em questão.

4.2.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.10 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	UG	Classificação da ação	Despesas Correntes
		Concedente	Recebedora		Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240104	240133	19.122.2106.2000.0001	54.924
		240104	240133	19.572.2021.4972.0001	8.849
		240104	240120	19.572.2021.4954.0001	20.442
		240104	240120	19.572.2021.4955.0001	63.884
		240104	240120	19.572.2021.4972.0001	53.884
	Recebidos	240101	240104	19.571.2021.4661.0001	92.000
		240101	240104	19.573.2021.6190.0001	4.500
		240120	240104	19.572.2021.4955.0001	108
	240120	240104	19.572.2021.4972.0001	5.312	
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	-	0
	Recebidos	0	0	-	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	UG	Classificação da ação	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedora		Investimentos
Movimentação Interna	Concedidos	240104	240120	19.122.2106.2000.0001	120.500
		240104	240120	19.572.2021.4954.0001	627.960
		240104	240120	19.572.2021.4955.0001	661.040
		240104	240120	19.572.2021.4972.0001	213.000
	Recebidos	240120	240104	19.122.2106.2000.0001	1.264
		240120	240104	19.572.2021.4954.0001	3.960
		240120	240104	19.572.2021.4955.0001	8.432
		240120	240104	19.572.2021.4972.0001	3.011
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	-	0
	Recebidos	0	0	-	0

Fonte: SIAFI Operacional

Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (UJ 240137)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	UG	Classificação da ação	Despesas Correntes
		Concedente	Recebedora		Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240137	113209	19.122.2106.2000.0001	408.071
	Recebidos	240101	240137	19.571.2021.6995.0001	446.000
		240901	240137	19.572.2021.2113.0001	57.600
Movimentação Externa	Concedidos	240137	153080	19.571.2021.6995.0001	446.000
	Recebidos	533014	240137	19.573.2029.8340.0020	75.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	UG	Classificação da ação	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedora		Investimentos
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0
	Recebidos	240901	240137	19.572.2021.2113.0001	36.600
		240901	240137	19.572.2021.4185.0001	23.400
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0
	Recebidos	533014	240137	19.573.2029.8340.0020	625.000

Fonte: SIAFI Operacional

A movimentação interna da UG 240104 concedeu um total de R\$ 1.824.484,00, sendo 11,07% em custeios e 88,93% em investimentos. Não houve movimentação de créditos externos. As categorias econômicas de juros e encargos da dívida, inversões financeiras e amortização da dívida não se aplicam à natureza jurídica da UJ e sua consolidada. A partir do exercício de 2004 os créditos destinados às despesas com pessoal e encargos sociais passaram a ser executados pela UO na Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/MCTI).

R\$ 1.622.500,00 relativos à concessão de créditos da categoria econômica 4 e R\$ 138.211,00 na categoria 3 foram executados pela UG 240120 com despesas de importação de equipamentos laboratoriais para o INT mediante o acordo entre o MCTI e o CBPF de realização de atividades relativas às importações de equipamentos científicos para todas as Unidades de Pesquisa sediadas na cidade do Rio de Janeiro. A UG 240133 recebeu o montante de R\$ 63.773,00 para a inserção em folha de pagamento de despesas com estagiários e pagamento mensal de royalties a servidor do INT totalizando no exercício R\$ 8.849,16.

O INT obteve a concessão de R\$ 118.587,00 oriundos de movimentação interna, sendo 85,94% em custeios e 14,06% em capital relativo à devolução de créditos não utilizados nas operações de importação da UG 240120. Os valores de custeios referem-se aos Termos de Descentralização de Créditos firmados com o MCTI para execução de atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT do INT no valor de R\$ 92.000,00 e R\$ 4.500,00 para despesas com a participação na 64ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.

Os créditos recebidos internamente pelo CETENE somaram R\$ 563.600,00, que inclui os R\$ 446.000,00 destinados à realização de pesquisa com a UFPE e R\$ 117.600,00 para a execução do Termo de Cooperação 01.09.0205.00 "Circuito Integrado RF de Ultra-Baixo Consumo". Os créditos externos recebidos no valor de R\$ 700.000,00 foram destinados à assinatura do Termo de Cooperação "Desenvolvimento Integrado da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Nordeste" com a SUDENE.

A consolidada 240137 realizou movimentação interna de crédito em favor da UJ 112209 no valor de R\$ 408.071,00, em custeios, para suprir despesas de compartilhamento com a utilização do campus da Universidade de Pernambuco e realizou também movimentação externa de crédito no valor de R\$ 446.000,00, em custeios, para a UFPE por meio de Termo de Descentralização de

Crédito destinado à realização de pesquisa, desenvolvimento e capacitação na área de eletricidade solar.

4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.3.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.3.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários UJ 240104

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1) Modalidade de Licitação (a)	2.217.657	3.751.455	2.069.617	3.697.527
a) Pregão	2.217.657	3.751.455	2.069.617	3.697.527
2) Contratações Diretas (b+c)	2.485.885	2.619.044	2.333.079	2.589.957
b) Dispensa	2.081.195	1.785.293	1.945.747	1.756.206
c) Inexigibilidade	404.690	833.750	387.332	833.750
3) Despesas com viagens (d)	156.864	138.064	156.864	138.064
d) Diárias	156.864	138.064	156.864	138.064
4) Outros (e)	222.169	413.988	222.169	413.758
e) Não aplicável	222.169	413.988	222.169	413.758
5) Total (1+2+3+4)	5.082.575	6.922.551	4.781.728	6.839.305

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.13 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários UJ 240137

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
5) Modalidade de Licitação (a)	640.385	1.730.339	633.285	1.716.003
a) Pregão	640.385	1.730.339	633.285	1.716.003
6) Contratações Diretas (b+c)	795.006	1.727.783	794.250	1.710.331
b) Dispensa	788.148	1.452.456	787.392	1.435.004
c) Inexigibilidade	6.858	275.326	6.858	275.326
7) Despesas com viagens (d)	43.663	23.934	43.663	23.934
d) Diárias	43.663	23.934	43.663	23.934
8) Outros (e)	254	817.539	254	816.539
e) Não aplicável	254	817.539	254	816.539
6) Total (1+2+3+4)	1.479.307	4.299.594	1.471.451	4.266.807

Fonte: SIAFI Gerencial

Os valores dos quadros A.4.12 A.4.13 indicam somente as modalidades pregão, dispensa e inexigibilidade. Não houve gasto, em 2012, nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e consulta. A UJ e sua consolidada não se utilizaram de despesas de suprimento de fundos e como informado no subitem 4.2.2.4 não realiza, desde 2004, pagamento em folha. Foram incluídos em "Outros" os valores de despesas não aplicáveis.

4.2.3.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

Quadro A.4.14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39	5.625.396	7.123.356	3.223.257	3.878.447	2.402.139	3.244.909	3.067.555	3.865.782
3390.37	5.462.548	2.429.118	2.537.377	2.165.475	2.925.171	263.643	2.487.096	2.165.475
3390.30	1.600.807	1.463.529	1.106.880	844.033	493.926	619.496	1.047.663	783.932
3390.35	842.602	447.185	352.634	282.618	489.968	164.567	352.634	282.618
Demais elementos do grupo	1.717.417	2.310.134	1.204.401	2.093.707	513.016	215.985	1.203.645	2.085.479
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
4490.52	1.780.847	3.365.004	651.633	2.022.339	1.129.214	1.342.665	622.616	1.987.125
4490.39	396.371	218.301	120.119	36.201	276.252	182.100	102.761	36.201
4490.51	41.093	49.480	41.093	15.380	0	34.100	41.093	15.380
4490.92	0	4.201	0	4.201	0	0	0	4.201

Fonte: SIAFI Gerencial

Conforme informado as categorias econômicas de juros e encargos da dívida e inversões financeiras, amortização da dívida não se aplicam à natureza jurídica da UJ e sua consolidada.

A partir do exercício de 2004 os créditos destinados às despesas com pessoal e encargos sociais passaram a ser executados pela UO na Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/MCTI).

4.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

4.2.3.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39	64.570	16.410	17.650	61.410	1.920		17.650	16.410
3390.36	59.774	16.340	29.540	2.970	30.520	13.370	29.254	2.970
3391.04	12.045	3.268	5.851	594	6.194	2.674	5.851	594
Demais elementos do grupo	11.255	0	11.255	0	0	0	11.255	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
4490.52	59.734	233.263	59.734	233.263	0	0	59.734	233.263

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3.2.3 Análise Crítica

Os montantes empenhados referem-se à movimentação interna do MCTI para

Quadro A.4.16 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1) Modalidade de Licitação (a)	2.038	0	2.038	0
a) Pregão	2.038	0	2.038	0
2) Contratações Diretas (b+c)	95.073	264.993	95.073	264.993
b) Dispensa	95.073	249.583	95.073	249.583
c) Inexigibilidade	0	15.410	0	15.410
3) Despesas com viagens (d+e)	0	0	0	0
d) Diárias	0	0	0	0
4) Outros (f)	7.107	594	7.107	594
f) Não aplicável	7.107	594	7.107	594
5) Total (1+2+3+4)	104.217	265.587	104.217	265.587

Fonte: SIAFI Gerencial

ITEM 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2006	500.000			500.000
2009	2.605		1.505	1.100
2010	9.423			297
2011	126.257	1.617	123.968	672
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2008	36.828			36.828
2009	147.394	9.408	30.000	107.986
2010	214.782	124.082	55.293	43.994
2011	6.613.812	170.960	5.960.217	482.636

Fonte: SIAFI Gerencial

5.1.2 Análise Crítica

Os valores de restos a pagar de exercícios anteriores foram administrados de acordo com as instruções da macrofunção SIAFI 020318 de encerramento de exercício.

O INT também gerenciou os restos a pagar em conformidade com a orientação constante da mensagem SIAFI 2012/0915464, de 02/07/2012. Esta orientação informa que o “artigo 68 do Decreto 93.972/1886, alterado pelo Decreto 7.654, de 23/12/2011 prevê que os restos a pagar não processados e não liquidados de 2010 terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição”. Nessa condição os restos a pagar a não processados não liquidados de 2010 da UJ foram bloqueados pela STN automaticamente cancelados ao final do exercício financeiro

O valor de R\$ 500.000,00, inscrito em RP no exercício de 2006, refere-se ao Acordo nº 07.474.00.03, firmado entre o INT e o ITEP para a realização do projeto “Avaliação Modernização e Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos no Nordeste”, cuja vigência abrangeu o período de 10/09/2003 a 09/09/2008, encontrando-se, portanto, concluído. A UJ está providenciando junto ao CETENE o cancelamento deste valor.

5.2 Transferência de Recursos

Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício.

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

Quadro A.5.2.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT									
CNPJ: 01.263.896/0004-07					UG/GESTÃO: 240104/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	SIAFI 592401	30.495.394/0001-67	3.008.826	555.067	179.034	2.453.760	01/06/2007	31/05/2012	4

Fonte: SIAFI Operacional/Portal SICONV

Quadro A.5.2.2 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Contratante									
Nome: Coordenação-Geral Regional do Nordeste - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)									
CNPJ: 01.263.896/0021-08					UG/GESTÃO: 240137/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	083798/2010	24.566.440/0001-79	1.515.000	0	0	1.515.000	01/12/2010	30/11/2014	1

Fonte: SIAFI Operacional/Portal SICONV

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio; 3 - Termo de Cooperação

Situação da Transferência:

1 - Adimplente; 4 - Concluído

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.3 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios UJ 240104 Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Tecnologia - INT					
CNPJ:	01.263.896/0004-07					
UG/GESTÃO:	240104/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	179.034	341.616	623.031

Fonte: SIAFI/SIASG/SICONV

Quadro A.5.3.1-Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios UJ 240137 Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral Regional do Nordeste (CETENE)					
CNPJ:	01.263.896/0021-08					
UG/GESTÃO:	240137/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	01	0	1.515.000	0

Fonte: SIAFI/SIASG/Portal SICONV

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.4 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Instituto Nacional de Tecnologia - INT e Coordenação Geral Regional do Nordeste (CETENE)				
CNPJ:	01.263.896/0004-07 e 01.263.896/0021-08		UG/GESTÃO: 240104/0001 e 240137/0001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0	3.968.760	0	100

Fonte:SIAFI/SICONV/Portal SICONV

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.5 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT					
CNPJ: 01.263.896/0004-07		UG/GESTÃO: 240104/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	179.034	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	341.616	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	623.031	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.5.5.1 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação Geral Regional do Nordeste (CETENE)					
CNPJ: 01.263.896/0021-08		UG/GESTÃO: 240137/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	1.515.000,00	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI/Portal SICONV

5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT e Coordenação Geral Regional do Nordeste (CETENE)					
CNPJ: 01.263.896/0004-07 e 01.263.896/0021-08			UG/GESTÃO: 240104/00001 e 240137/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2011	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			-
		Quantidade Reprovada			-
		Quantidade de TCE			-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	-
Montante repassado (R\$)		1.515.000,00	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: SIAFI Operacional

5.2.6 Análise Crítica

O convênio 083798/2010 (Portal SICONV) somente prevê a prestação de contas ao final da vigência com acompanhamento.

O convênio 592401 (SIAFI) foi concluído em 2012 com sua prestação de contas aprovada e, devidamente registrada no SIAFI/SICONV.

ITEM 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

- a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;
- b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade;
- c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007;
- f) Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais números 19/98 e 34/2001);
- h) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
2. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	228	228	05	17
2.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
2.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	228	228	05	17
i. Servidores de carreira vinculada ao órgão	226	226	04	17
ii. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
iii. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01	01	0
iv. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01	0	0
3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3)	228	228	05	17

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

OBS: O Quantitativo total da força de trabalho é de 205 servidores, considerando:

- 210 servidores ativos permanentes;
- 6 servidores nomeados em cargo comissão;
- 1 servidor requisitado: André Galembeck;
- 1 servidor em exercício provisório: Ana Haydée Lanzilloti Januzi (CNPq);
- 4 servidores cedidos;
- 4 servidores ingressos no exercício: Andrea Ingrid do Nascimento Márcia Carla R Oliveira, Eliane Maracajá Porto e Vicente Landim;
- 17 servidores egressos: 14 aposentadorias, 1 exoneração, 2 falecimentos.

6.1.1.1 Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	05
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	04
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	01
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	01
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	02
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	02
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	08

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

OBS: Servidora cedida ao TRE pela Resolução 801/12-Maria Cristina Rodrigues

1 servidora removida para acompanhar cônjuge: Lia Buarque

2 servidores em licença sem vencimentos: Ricardo Sarmento e Eugenio Guilherme

4 servidores cedidos: Augusto Raupp, Cristina Ribeiro Lemos, Regina Celia Felix e Jose Cesário Cecchi.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	34	34	01	
7.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	
7.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	34	34	0	
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	27	27	0	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	0	
1.2.4. Sem Vínculo	05	05	01	
1.2.5. Aposentados	01	01	0	
2. Funções Gratificadas	10	10	0	
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	10	0	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	44	44	01	

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

OBS

- Quantitativo de servidores de carreira que ocupam cargos em comissão: 27

- 05 servidores ocupando cargo em comissão sem vínculo: Guilherme de Assunção Goes, Alexandre Loureiro Castelão, Priscila Califre, Roberta Medeiros Cavalcante, Ana Paula Dias

1 ocupante de DAS aposentado: Edir Evangelista

1 servidor ocupante de DAS de outros Órgãos: Andre Galembeck

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária (Situação apurada em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	13	29	51	101	35
2.3. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
2.4. Servidores de Carreira	13	29	51	101	35
1.1. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	05	04	24	04
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	04	04	16	03
2.3. Funções Gratificadas	0	01	0	08	01
3. Totais (1+2)	13	34	55	125	39

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade (Situação apurada em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	01	01	05	46	63	05	34	30
2.3. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. <i>Servidores de Carreira</i>	0	01	01	05	46	63	05	34	30
2.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	06	04	13	09	09
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	0	0	09	09	09
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	0	0	0	0	06	04	04	0	0
3. Totais (1+2)	0	01	01	05	52	67	18	43	39

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anos Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	11.222.560	12.410.516	2.058.915	986.273	1.083	950.402	86.630	0	9.450	27.725.830
	2011										
	2010										
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	50.126	0	25.623	0	502	1.489	0	0	0	77.740
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	202.657	11.473.214	65.007	0	0	0	0	0	0	11.740.878
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	45.608	937.301	25.910	17.580	3.571	4.652	0	0	0	1.034.622
	2011										
	2010										

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Inativos – situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	169	14
1.1 Voluntária	157	12
1.2 Compulsória	02	01
1.3 Invalidez Permanente	09	01
1.1 Outras	01	0
2. Proporcional	58	01
2.1 Voluntária	52	01
2.2 Compulsória	01	0
2.3 Invalidez Permanente	05	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	227	15

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8- Instituidores de Pensão – situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	67	04
Integral	34	04
1.1. Proporcional	33	0
2. Em Atividade	15	02
3. Total (1+2)	82	06

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT.

6.1.6 Informações sobre os Atos de Pessoal sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.6.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 - Atos sujeitos ao Registro do TCU (artigo 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0		0	
Concessão de aposentadoria	24		24	
Concessão de pensão civil	08		08	
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0		0	
Concessão de reforma	0		0	
Concessão de pensão militar	0		0	
Alteração do fundamento legal de ato concessório	02		02	
Totais	34		34	

Quadro A.6.10 - Atos sujeitos à Comunicação ao TCU (artigo 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	01	01	35	18
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	1	1	35	18

Quadro A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	24	0	0
Concessão de pensão civil	0	08	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	2	0
Total		32	2	
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	01	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	01	0	0	0

6.1.6.2 Atos sujeitos à remessa ao TCU por meio físico

Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (artigo 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

O gerenciamento das informações do SISAC são executas “on line” no SIAPENet.

6.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Divisão de Recursos Humanos – DARH tem como indicadores gerenciais sobre recursos humanos o absenteísmo, acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade (*turnover*),

processo de educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, desempenho funcional, níveis salariais e demandas trabalhistas, descritos sumariamente, a saber:

Absenteísmo

São gerados relatórios de frequência que são enviados mensalmente à chefia imediata do servidor, que após análise envia à Divisão de Recursos Humanos (DARH) o(s) dia(s) que ensejam desconto por ser considerado como falta não justificada ao serviço. Destacamos que é realizado relatório a cada doze meses, onde são identificados períodos de prática continuada do servidor, orientando a este e sua chefia imediata como devem proceder para evitá-los. Ao ser identificado neste período falta de 30 (trinta) dias contínuos ou 60 (sessenta) dias em períodos descontínuos é aberto processo administrativo disciplinar sobre abandono de cargo e inassiduidade habitual, conforme preceitua o art. 132, incisos II e III da Lei 8.112/90.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Os servidores que sofrem acidentes de trabalho, são registrados em nosso Posto Médico em livro próprio, no formulário Comunicação de Acidente de Serviço (CAS) e relatório mensal é feito pelos profissionais de saúde, sendo encaminhado à DARH para acompanhamento e ações posteriores.

As doenças ocupacionais são acompanhadas pela Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, instituição esta que o INT tem termo de cooperação administrativo, assinado entre o INT e a Gerência Regional de Administração daquele Ministério, para tratar dos servidores de nossa instituição. É enviada guia de perícia médica acompanhando o servidor, e esta é devolvida à Divisão de Recursos Humanos para acompanhamento e cadastro.

No período de 24 (vinte quatro) meses se houver evidência de que a doença ocupacional ensejará ao servidor a readaptação de suas funções ou proposta de redução de carga horária, é aberto processo administrativo onde o servidor é avaliado por Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, sendo este processo devolvido à DARH para cadastro e ações posteriores. O servidor que estiver afastado por 24 meses, a Junta Médica Oficial faz a avaliação deste servidor com doença ocupacional e encaminha para aposentadoria por invalidez, indicando a respectiva base legal.

No ano de 2012, 43 (quarenta e três) servidores se encontravam em licença médica periciada.

Destaque-se que uma das ações concretizadas no ano de 2011 foi o início das atividades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor – SIASS, onde a sistematização das licenças médicas atendendo ao Subsistema e à Orientação Normativa Nº 3 do Ministério do Planejamento sobre Licença Para Tratamento da Saúde, bem como a participação das reuniões da Comissão Regional do SIASS no Rio de Janeiro, ajudaram a melhorar os processos internos de acompanhamento e gestão dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Rotatividade (*turnover*)

É realizado o *turnover* dos servidores do INT através de processos de efetivo exercício, remoção, redistribuição, vacância, aposentadoria, remanejamento interno. Os processos de movimentação de pessoal são acompanhados e orientados pela DARH junto às Unidades Organizacionais.

Esta prática tem por indicadores as movimentações de pessoal realizadas no exercício, dos processos encaminhados à DARH, bem como a gestão do prazo das licenças sem vencimento e das cessões dos servidores do INT.

No exercício de 2012 o INT teve as seguintes movimentações de pessoal

Quadro A.6.13 - Movimentação de Pessoal

ENTRADAS		SAÍDAS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Remoção de Ofício de outro Órgão para o INT	04	Remoção de Ofício do INT para outro Órgão	
Redistribuição		Aposentadoria	14
Lotação Provisória	01	Exoneração	01
Exercício Descentralizado (Servidor Anistiado)	01	Falecimento	02
TOTAL	06	TOTAL	17

É realizada a gestão das informações sobre previsão de aposentadorias, com base nos cadastros dos servidores e pedidos de abono de permanência, de forma a subsidiar ações para realizar proposta de mecanismos de retenção, de forma a preparar o servidor para aposentadoria, bem como que este possa realizar o repasse do conhecimento, treinando o seu sucessor.

Educação Continuada

O INT realiza anualmente o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) junto às Unidades Organizacionais para compor o Plano Anual de Capacitação da instituição (PAC). Este plano é gerenciado pela DARH e tem por finalidade realizar capacitação e treinamentos internos e externos dos servidores do INT, em atenção ao Decreto nº 5.707/2006, bem como às diretrizes estratégicas da instituição pactuadas no planejamento estratégico institucional 2011-2015. Destaque-se o atendimento ao objetivo estratégico de Garantir Recursos Humanos Adequados para o Crescimento do INT. Abaixo o resultado de 2012 do Índice de Investimento em Capacitação.

Destaque-se que desde 2010 foi estabelecida o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) onde a DARH tem por objetivo implementar ações para realização do desenvolvimento pessoal dos servidores do Instituto Nacional de Tecnologia, para atender as diretrizes instituídas pela Política Nacional para o Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) da Administração Pública Federal Direta, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

A realização deste é o marco legal da transposição da Administração de Recursos Humanos para o processo de Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal, em particular no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia.

A proposta do PDRH do INT está focada em ações para capacitação dos servidores nos seguintes eixos: Gestão de Projetos, Gestão da Qualidade, Gestão de Laboratório, Gestão Administrativa e Financeira, Formação de Gestores e Liderança.

Os eixos foram propostos diante da análise de Diagnóstico do Levantamento das Necessidades de Capacitação informados pelos servidores à DARH através do formulário contendo informações sobre conhecimento, habilidades e atitudes (CHA) entregues no ano de exercício.

Quadro A.6.14 - Índice de investimento em capacitação em 2012

TOTAL RECURSOS EVENTOS NO PAÍS E NO EXTERIOR - 2012		
Total Geral	Tesouro	Outras Fontes
500.237,04	127.718,52	372.518,52
TOTAL CARGA HORÁRIA 2012		
Carga Horária	Eventos	Média H/H Treinamento Ano
7.936	305	75,58
TOTAL CARGA HORÁRIA 2012		
Carga Horária	Eventos no País	Média H/H Treinamento Ano
5.168	68	76
TOTAL CARGA HORÁRIA 2012		
Carga Horária	Eventos no Exterior	Média H/H Treinamento Ano
2.768	37	74,81

Base de Dados: Relatório do Plano de Anual de Capacitação do INT / 2012; Processos formais encaminhados à DARH.

Observação: 1) Não foram incluídos os servidores do CETENE, servidores em licença sem vencimento e servidores cedidos.

Satisfação e Motivação

Os indicadores de satisfação e motivação são mensurados através de pesquisa de clima organizacional realizada a cada biênio. A DARH procura implementar melhorias apontadas no plano de ação proposto, no mais recente pesquisa de clima realizada no ano de 2008, com ações para os anos de 2009 a 2011.

A realização de ciclo de palestras sobre temas ligados à área de Recursos Humanos, como saúde física e mental, auxilia na orientação da DARH aos servidores.

Outra atividade importante é a realização periódica de Integração Institucional dos servidores que ingressam na instituição, onde neste evento são apresentadas as atividades finalísticas e a organização do INT, de forma que os servidores sintam-se parte do processo de gestão organizacional.

O acompanhamento da qualidade de vida dos servidores através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde e Segurança dos Servidores – SIASS e ações internas para contratação de empresa especializada em profissionais de saúde, para melhoria da saúde física e mental no exercício de 2012, veio permitir o melhor acompanhamento do desenvolvimento pessoal dos servidores, prestando melhor assistência médica, social e psicológica.

Disciplina

A DARH promover ações de gestão de pessoas junto às áreas que procuram para ajudar a dirimir dúvidas ou orientar sobre determinada ação feita por servidor, as quais são realizadas através de reuniões. O INT possui Código de Ética e Disciplina e no Manual do Servidor onde estão contidas as regras de conduta profissional, com base na Lei 8.112/90.

O Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor estão disponíveis na intranet, sendo entregue uma cópia destes documentos ao servidor quando este entra na instituição, através de evento de Integração Institucional.

A DARH ao ser notificada pela Direção ou por servidor de situação que fere o Código de Ética e Disciplina da Instituição e os Deveres do Servidor estatuídos pela Lei 8.112/90 formaliza processo administrativo, cuja análise atende aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Correição da CGU, instruindo-os e encaminhando-os para apreciação da Direção do INT, que indicará a composição dos membros de comissões de sindicância e PAD.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na DARH para apreciação do Diretor que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.

Desempenho funcional

O desempenho funcional dos servidores do INT tem por observância a Lei 8.91/93 que instituiu a Carreira de Ciência e Tecnologia. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.907/2009 e com a regulamentação do Decreto 7.133/2010, que trata sobre a avaliação de desempenho dos servidores integrantes das Carreiras de Ciência e Tecnologia, é realizada anualmente a avaliação de desempenho.

O INT publica anualmente portaria contendo os critérios da avaliação de desempenho funcional, o período de avaliação compreendido entre 01/07 à 30/06 do ano subsequente, onde o servidor deverá atingir nota igual ou superior a 50% para ser aprovado. A DARH emite Nota Técnica orientando aos servidores e chefia imediata quais são os casos de servidores que não serão avaliados.

Atualmente é feita apenas a avaliação de servidores promovíveis na citada Carreira, estando aguardando a regulamentação específica para a prática a ser estendida aos demais servidores, em atendimento ao preceito constitucional de avaliar a eficácia dos serviços públicos prestados pelos servidores.

Níveis Salariais

A Lei 8.691/93 e alterações posteriores prevê tabela salarial específica para a Carreira de Ciência e Tecnologia, dividida por cargos e níveis, onde o servidor é avaliado anualmente. A cada desempenho avaliado e aprovado, o servidor ganha um nível.

Também está previsto o pagamento por adicional de titulação nos níveis de especialização/aperfeiçoamento, mestrado e doutorado aos servidores de nível auxiliar, intermediário e superior, através da Gratificação por Desempenho (GQ) para os cargos de nível auxiliar e intermediário e Retribuição por Titulação (RT) para os cargos de nível superior.

Da mesma forma foram instituídas a Gratificação de Desempenho por Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT) e a Gratificação Temporária de Ciência e Tecnologia (GTEMPCT), que compõe a remuneração total do servidor.

Demandas Trabalhistas

O atendimento as demandas trabalhistas são feitas mediante processos administrativos ou judiciais encaminhados à DARH para análise em atenção às disposições legais vigentes no país.

No ano de 2012 atendemos as seguintes revisões trabalhistas

Quadro A.6.15 - Revisões Trabalhistas

ENTRADAS DE PROCESSOS			
ADMINISTRATIVOS	QUANTIDADE	JUDICIAIS	QUANTIDADE
Mandado de Injunção		Revisão GDACT	
Aposentadoria Especial		Quintos/Décimos	
Revisão de pensão civil		Verba de Sucumbência	
Retribuição por Titulação		Informações de servidores	
Gratificação por Qualificação			
GDACT			
Ressarcimento de valores			
Adicionais de Risco			
Reposição ao erário	01		
Exercício anterior	19		
Gratificação de Adicional Variável	01		
TOTAL	21	TOTAL	00

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2 Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.16 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante

Nome: Instituto Nacional de Tecnologia

UG/Gestão: 240104

CNPJ:

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	03.786.00.12	02.739.907/0001-00	03/09/2012	02/09/2013	34		1					A
2011	V	O	03.745.00.11	68.698.398/0001-15	01/10/2011	30/09/2013			12					P
2012	L	O	CETENE nº 06/2012	SOLL Serviços Obras e Locações Ltda. CNPJ: 00.323.090/0001-51	11/06/2012	10/06/2013	14	14						A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI Operacional

6.2.2 Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia													
UG/Gestão: 240104							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4/5/6 *	O	03.741.00/11	Star 5 502.739.907/0001-00	06/06/2011	05/06/2013	12	12	04	04			P
2012	8	O	03.792.00/12	Triagem 39.545.553/000165	24/10/2012	29/12/2012	03	03	01	01			E
2011	9	O	03.754.00/11	Epodonto 00.330.676/0001-43	27/12/2011	26/12/2012	07	07	01	01			E
2009	3	O	03.688.00/09	Hotmachine 07.848.223/0001-52	15/07/2009	14/07/2013			06	06			P
2009	3	O	03.702.00/10	VGA 36.369.692/0001-97	28/12/2009	27/12/2013			01	01	03	03	P
2012	12	O	03.797.00/12	Argos 28.871.366/0001-55	27/12/2012	26/12/2013			48	46			P
2012	3	O	CETENE	MEG 24.263.444/0001-88	01/01/2012	31/12/2013			01	01	01	01	A
2012	12	O	CETENE	FUTURA 06.234.467/0001-82	11/06/2012	10/06/2013			25	25	15	15	A

Observações:
(*) Inclui ainda outras categorias de empregados: auxiliar de serviços gerais, motorista e mensageiro.

LEGENDA

Área:
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem;
5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo- Menores Aprendizizes; 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIAFI Operacional

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.18 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	40	41	42	41	259.368
1.1 Área Fim	26	27	28	27	172.686
1.2 Área Meio	14	14	14	14	86.682
2. Nível Médio	06	07	08	09	31.130
2.1 Área Fim	04	04	05	05	17.400
2.2 Área Meio	02	03	03	04	13.920
3. Total (1+2)	46	48	50	50	290.498

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT e da CGRNE

ITEM 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

7.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada

Quadro A. 7.1 - Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada

Item	Marca	Modelo	Ano	Combustível	Placa
01	Volkswagen	Kombi	2003	Álcool	LQP0184
02	General Motors	Corsa	2003	Álcool	KPT0116
03	Volkswagen	Santana	2004	Álcool	KTY9392
04	Mitsubishi	L200 4x4 GL	2005	Diesel	LUV2819
05	Fiat	Siena	2006	Flex	KZU7677
06	Fiat	Doblo	2008	Flex	KZY6987
07	Fiat	Doblo	2008	Flex	KZY6988
08	Toyota	Hilux CD 4x4	2009	Diesel	LSF3140

Fonte: Coordenação de Logística e Infraestrutura do INT

Quadro A. 7.2 – Quilometragem por veículo (odômetro)

Item	Marca	Modelo	Ano	Combustível	Placa	01/01/2012	31/12/2012	Km rodado
01	Volkswagen	Kombi	2003	Álcool	LQP0184	55.181	56.581	1.400
02	General Motors	Corsa	2003	Álcool	KPT0116	110.816	111.904	1.088
03	Volkswagen	Santana	2004	Álcool	KTY9392	81.462	85.506	4.044
04	Mitsubishi	L200 4x4 GL	2005	Diesel	LUV2819	129.195	136.473	7.278
05	Fiat	Siena	2006	Flex	KZU7677	94.803	103.963	9.160
06	Fiat	Doblo	2008	Flex	KZY6987	49.220	59.262	10.042
07	Fiat	Doblo	2008	Flex	KZY6988	49.120	58.570	9.450
08	Toyota	Hilux CD 4x4	2009	Diesel	LSF3140	53.240	77.205	23.965

Fonte: Coordenação de Logística e Infraestrutura do INT

Quadro A. 7.3 – Consumo de combustível em litros

Em litros

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Diesel	254,7	242,2	363,2	524,4	372,1	354,5	264,1	0,0	0,0	0,0	64,3	0,0	2.439,5
Etanol	327,1	340,1	393,3	387,9	286,1	260,4	130,9	195,5	586,4	863,2	587,8	412,0	4.770,7
Gasolina	54,5	109,2	93,5	101,7	98,2	45,5	111,1	87,4	140,6	220,7	225,3	141,1	1.428,8
Total	636,3	691,5	850,0	1014,0	756,4	660,4	506,1	282,9	727,0	1.083,9	877,4	553,1	8.639,0

Fonte: Coordenação de Logística e Infraestrutura do INT

Quadro A. 7.4 – Consumo de combustível em R\$1,00

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Diesel	515	489	734	1.060	752	716	535	0	0	0	130	0	4.931
Etanol	728	762	878	868	640	583	293	438	1.311	1.933	1.315	925	10.674
Gasolina	154	310	265	289	279	129	315	248	399	626	639	400	4.053
Total	1.397	1.561	1.877	2.217	1.671	1.428	1.143	686	1.710	2.559	2.084	1.325	19.658

Fonte: Coordenação de Logística e Infraestrutura do INT

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados a terceiros.

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.5 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 Rio de Janeiro	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	UF 2 Recife	0	0
	Recife	0	0
Subtotal Brasil		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Registros da Divisão de Suprimento do INT e CGRNE

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.6 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240104	6001 02202.500-7	11	3	2.338.728,70	02/03/2011	9.391.189,02	16.020,00	108.400,93
Total							16.020,00	108.400,93

Fonte: SPIUNet

7.2.3 Análise Crítica

O imóvel se encontra em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com posse de Termo de Entrega Provisória, 1º Traslado no Livro nº 3, Folhas 22/24, em fase de regularização de dívidas ativas decorrentes de IPTU junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, com perspectiva de regularização no exercício de 2013.

ITEM 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Informações sobre a gestão da tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- Planejamento da área;
- Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- Segurança da informação;
- Desenvolvimento e produção de sistemas;
- Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro A.8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.

Quesitos a serem avaliados	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? Inventário de equipamentos de TI
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Quadro A.8.2- Comentários sobre Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Comentários
<p>Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.</p>
<p>No exercício de 2012 destacamos no âmbito da PDTI, as principais implementações no INT:</p> <p>Projeto Comunicação Unificada: - migração do sistema de telefonia para plataforma IP com a integração de funcionalidades (email, SMS, instant message, vídeo, celular);</p> <p>Projeto Redecomep: - Iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, coordenada pela RNP, visando a Implementação de redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos PoP's da RNP, já se encontra com toda a infraestrutura (cabramento) instalada e com a respectiva instrução jurídica do Convênio formalizada;</p> <p>Plano de Governança de TI: - Realização marcante/impactante temos: - Participação efetiva na formalização do Fórum de Gestores de TI do MCTI; - Criação e operacionalização dos Comitês Executivo de Tecnologia da Informação e Segurança de Tecnologia da Informação; - Avanço no estágio de governança promovido pelo TCU onde o INT passou do estágio básico para intermediário.</p>

8.2 Análise Crítica

O INT no quesito Governança de TI teve um avanço significativo onde no último levantamento de Governança de TI promovido pelo TCU passou do nível básico para intermediário. No entanto, a elaboração dos processos básicos do COBIT, o PDTI e o PETI estão comprometidos pela falta de recursos financeiros para essas atividades.

As ações de Governança de TI alcançadas até o exercício em questão foram executadas com escassos recursos financeiros. Como consequência, tivemos deficiência no atendimento de gerenciamento da rede e similares.

Outra questão que vale registrar é o aumento do volume de atividades de gestão e fiscalização de contrato de TI sobrecarregando o número reduzido de servidores que atuam nesta área.

ITEM 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos descartados em conformidade com o Decreto 5.940/2006.

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
	Vide Contratos				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
	Vide Contratos				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Eficiência no uso de energia elétrica				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
	Aquisição de itens de papeleria com papel reciclado, por exemplo agendas				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
	Sim ()		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
	Clausulas nos editais licitatórios (ex.: contrato de impressoras)				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>			X		
<i>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>				X	
<i>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i>				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Controle do consumo de água, energia elétrica.				
<i>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i>			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõe o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

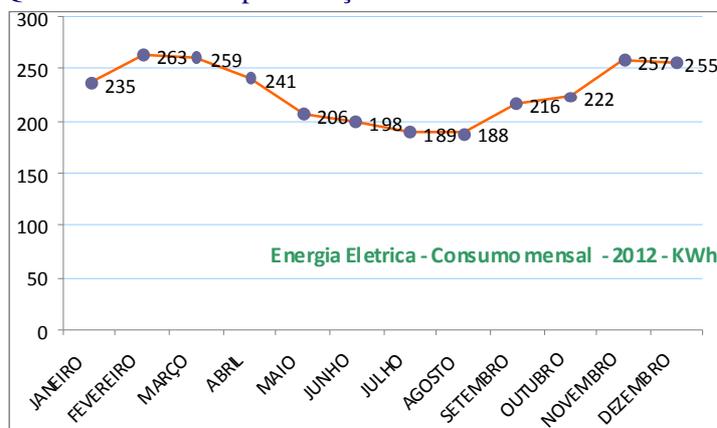
- Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;
- Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência de Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (PROCEL EPP);
- Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

Quadro A.9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

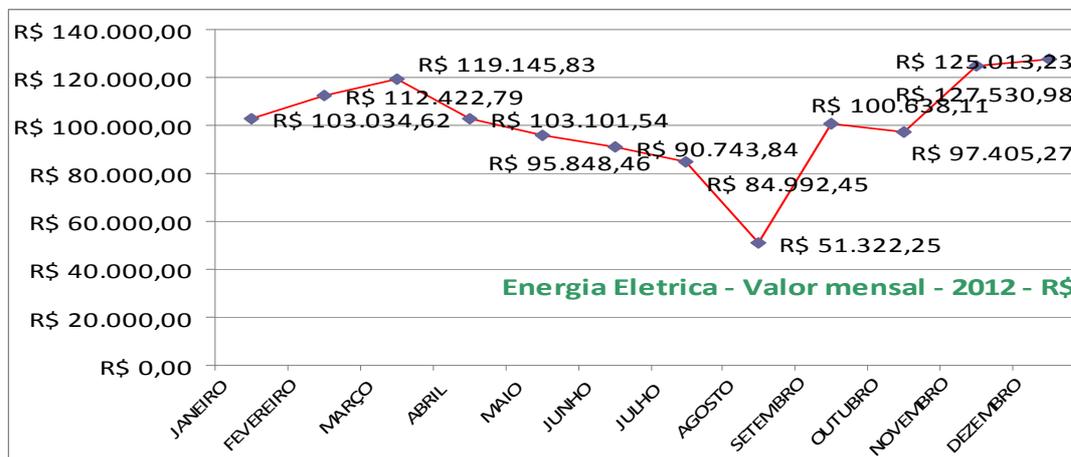
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Plano de Logística Sustentável – PLS do INT	2012			Em andamento		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1010	1970	1960	9.615,20	17.887,60	17.189,20
Água	1.785,00 m ³	1.800,00 m ³	1.665,00 m ³	19.743,84	18.133,47	15.841,48
Energia Elétrica	2.731.233M	2.465.094MW	2.274.73 MW	1.211.199,37	909.614,35	905.653,10
			Total			

Fonte: SIAFI/SIASG e Coordenação de Logística e Infraestrutura do INT

Quadro A. 9.2.1 - Representação Gráfica do Consumo de Energia Elétrica no ano



Quadro A.9.2.2 - Representação Gráfica do Gasto com Energia Elétrica



ITEM 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício

Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					232
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.024/2008/08	1989/2010-2ª Câmara	1.5	DE	OF 1120/TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					232
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5 Determinar:</p> <p>1.5.1 ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE que:</p> <p>1.5.1.1 adote a utilização de termos de responsabilidade para cada um de seus bens conforme disposto no item 7.11 da IN/SEDAPnº 205/88;</p> <p>1.5.1.2 elabore o inventário anual de bens móveis de almoxarifado conforme estabelecidos no item 8.1, alínea “a” e item 8.1.1 da IN/SEDAP nº 205/88;</p> <p>1.5.1.3 promova a regular e periódica atualização do programa de cadastro dos bens pertencentes ao patrimônio da Unidade;</p> <p>1.5.1.4 proceda à correta classificação contábil dos bens móveis adquiridos pela Unidade;</p> <p>1.5.2 realize levantamento e promova a regularização da situação dos casos em que ocupantes de cargo em comissão participem de projetos de pesquisa em outros órgãos, com percepção de auxílio financeiro e regime de dedicação exclusiva, por caracterizar situação incompatível com o exercício do cargo em comissão, que exige o regime de integral dedicação ao serviço, conforme, disposto no art. 19, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90;</p> <p>1.5.3 observe, quando da concessão de diárias e passagens, o estatuído no Decreto 5.992/06, com vistas a aferir a correção dos cálculos dos valores pagos;</p> <p>1.5.4 doravante, nos procedimentos licitatórios:</p> <p>1.5.4.1 observe o disposto nos incisos I e II do parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93, no tocante à obrigatoriedade de projeto básico aprovado pela autoridade competente e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;</p> <p>1.5.4.2 exija o detalhamento da execução dos serviços descritos em notas fiscais, de modo a possibilitar a comprovação de cada etapa executada;</p> <p>1.5.4.3 observe o disposto no art. 62 da lei nº 8.666/93, caput e parágrafo 2º, no sentido de que na ausência de instrumento contratual, faça constar de qualquer outro instrumento hábil que o substitua, as cláusulas necessárias previstas no art. 55 da referida Lei, de modo a garantir a plena execução do serviço contratado;</p> <p>1.5.5 em processos de aquisição, na modalidade Pregão Eletrônico, seja observada a juntada dos seguintes documentos ao respectivo processo:</p> <p>1.5.5.1 termo de referência, contendo descrição detalhada do orçamento estimativo de custos;</p> <p>1.5.5.2 planilhas de custo; e</p> <p>1.5.5.3 comprovantes da publicação do extrato do contrato; conforme disposto nos incisos II, III, XII do art. 21 do Decreto nº 3.555/00, respectivamente;</p> <p>1.5.6 observe o disposto no inciso II, art. 24 da Lei n 8.666/93, e que se abstenha de realizar fracionamento de despesas para adoção de dispensa de licitação.</p>					

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE	80489				
Síntese da providência adotada:					
<p>1.5.1.1 - Todos os Termos de Responsabilidade foram elaborados, estando em fase de assinatura pelos responsáveis, inclusive dos bens recém-adquiridos. Emissão de TR em junho de 2011, rever em 2013.</p> <p>1.5.1.2 - Foi elaborado o Inventário de bens relativo ao exercício de 2010. Inventário anual BM e Almoxarifado lançado em 2013.</p> <p>1.5.1.3 - O cadastro de bens está sendo mantido atualizado a cada aquisição de bens patrimoniais. Atualização do cadastro em 2012.</p> <p>1.5.1.4 - Os bens que estão sendo adquiridos estão registrados com a classificação correta por subelemento. Foi orientada a revisão da classificação anterior. Classificação contábil revista em 2012.</p> <p>1.5.2 - Foi efetuado levantamento de pessoal que ocupa cargo em comissão, não havendo a incidência de participação em projetos em outros órgãos com percepção de auxílio financeiro. Atendido em 2011 e mantido atualizado.</p> <p>1.5.3 - Foram corrigidos os valores dos pagamentos de diárias efetuados em desacordo com o Decreto e não reincidência.</p> <p>1.5.4 doravante, nos procedimentos licitatórios:</p> <p>1.5.4.1 - Para os serviços de engenharia, os processos estão sendo instruídos com projeto básico e o orçamento detalhado em planilhas contendo custos unitários e totais.</p> <p>1.5.4.2 exija o detalhamento da execução dos serviços descritos em notas fiscais, de modo a possibilitar a comprovação de cada etapa executada.</p> <p>- As notas fiscais estão sendo solicitadas com o detalhamento dos serviços e do fornecimento de bens</p> <p>1.5.4.3 - Está sendo utilizado o instrumento contratual para serviços, de onde conste o detalhamento suficiente para a aferição de sua execução. Esta modalidade se aplica aos casos em que não há detalhamento na Nota de Empenho.</p> <p>1.5.5 em processos de aquisição na modalidade Pregão Eletrônico, seja observada a juntada dos seguintes documentos ao respectivo processo conforme disposto nos incisos II, III, XII do art. 21 do Decreto nº 3.555/00, respectivamente :</p> <p>1.5.5.1 termo de referência, contendo descrição detalhada do orçamento estimativo de custos</p> <p>1.5.5.2 planilhas de custo</p> <p>1.5.5.3 - Os processos de aquisição de bens e serviços estão sendo instruídos com os termos de referência, planilhas de custo (quando é o caso) e os comprovantes da publicação do extrato do contrato no DOU.</p> <p>1.5.6 - Os processos administrativos passaram por uma reformulação, de acordo com exigência do Ordenador de Despesas para sua instrução rigorosa, restringindo-se a realização de compra direta ao máximo. As compras diretas foram reduzidas em 50%, passando de 624 em 2010 para 310 em 2011. Já as compras por pregão aumentaram em 400%, passando de 35 em 2010 para 175 em 2011. Em 2010 foram realizados 14 pregões, e em 2011 este número passou para 31 eventos.</p> <p>Conforme compromisso assumido na Reunião de Busca de Soluções Conjuntas citada pela auditoria, calendários de pregões foram elaborados e cumpridos nos exercícios de 2011 e 2012. O quadro, a seguir, apresenta um resumo comparativo com as informações dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que atesta de forma inequívoca esforço institucional realizado para o cumprimento das recomendações da CGU.</p>					
(Em R\$ 1,00)					
Exercício	Pregões Realizados	Licitado em Pregões (1)	Inexigibilidade ou Dispensa (2)	Orçamento Total Executado (3)	% Licitado (1)+(2)/(3)
2010	14	1.146.278	163.137	4.254.502	30,78
2011	31	1.165.805	991.592	5.907.051	36,52
2012 (*)	29	2.413.932	2.960.912	7.389.090	72,74
(*) Cotações eletrônicas em 2012: 20 = R\$ 54.166,89					

Ao passo que, em 2010, foram realizados 14 pregões, com execução financeira de R\$ 1.146.278, nos exercícios seguintes foram realizados 31 e 29 pregões com execução de R\$ 1.165.805, e R\$ 2.413.932 respectivamente em 2011 e 2012.

Em 2012 passamos a utilizar, também, cotações eletrônicas. Foram realizadas 20 cotações, com execução de R\$ 54.166,89 nesta modalidade.

O valor total consolidado para a execução de recursos financeiros somando-se o executado mediante a realização de pregões, cotações eletrônicas, dispensas de licitação (acima de R\$ 8.000,00, com parecer favorável da CJU) e inexigibilidade, que perfazem respectivamente R\$ 2.157.397,00 em 2011, e R\$ 5.374.844,00 em 2012, o que corresponde a 36% e 73% dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União. No exercício de 2010 era de apenas 31%.

O somatório dos valores apontados pela auditoria perfaz um montante de aproximadamente R\$ 430 mil, ou seja, menos de 7% dos recursos executados no exercício de 2012. Portanto, o fracionamento de despesas está longe de ser a prática usual deste Centro de Pesquisa desde 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Correção das inadequações e irregularidades na UJ, implantação de procedimentos, melhoria dos processos administrativos, criação de registros, organização planejamento das atividades e avaliação de resultados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Foram cumpridas todas as determinações com medidas corretivas requeridas e o INT vem implementando medidas preventivas através de implantação de procedimentos, promoção de treinamento dos servidores e colaboradores. O Diretor do INT continua fazendo gestões junto ao MCTI e ao Centro. A adoção das providências contribuíram favoravelmente para desempenho das atividades e da qualidade dos processos administrativos do Centro e consequentemente do INT.

Quadro A.10.2. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					232
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		2.081/2012 – Plenário	9.4		Ofício - Circular nº 15/2012/SEGEP-MP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI					1988
Descrição da Deliberação:					
9.4 Determinar a apresentação do resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares, de que trata o subitem 9.3 do Acórdão 2.681/2011 – Plenário, que deverá ter informação integrante dos relatórios de gestão anuais, nos termos da decisão normativa TCU 119/2012 e da portaria TCU 150/2012.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE					232 e 80489
Síntese da providência adotada:					
9.4. O INT/CETENE não teve processo de substituição de terceirizados irregulares, não havendo, portanto, ação a ser tomada nesse sentido.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Considera-se cumprida a recomendação do TCU com registro desse ato no Relatório de Gestão de 2012.

10.1.2 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT			232
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria 201109265 – CGU – Processo Anual 2010	2	Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia			232
Descrição da Recomendação			
<p>2.1. Constatções associadas ao Programa:750 – Apoio Administrativo</p> <p>2.1.1. Ação 2000 – Administração da Unidade</p> <p>2.1.1.1. Ausência de justificativa de preços relativas às contratações emergenciais, por dispensa de licitação <i>Recomendação Nº OS: 201109265 – Nº constatação: 014 – Nº recomendação: 001 – “Fazer constar em cada processo de contratação emergencial, por dispensa de licitação, justificativa de preço, conforme inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93”.</i></p> <p>2.1.1.2. Ausência de planejamento adequado do INT para suas contratações, resultando em fundamentação imprópria para contratação emergencial, no valor total de R\$ 338.335,04. <i>Recomendação Nº OS: 201109265 – Nº constatação: 013 – Nº recomendação: 001 – “Devem ser adotadas as providências cabíveis para que sejam promovidos os planejamentos adequados, quando da realização de contratações, evitando-se a descontinuidade da prestação dos serviços e a realização de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso IV, quando não estiverem absolutamente caracterizados os cargos de emergência”.</i> <i>Recomendação Nº OS: 201109265 – Nº constatação: 013 – Nº recomendação: 002 – “Estabelecer rotinas e procedimentos de controles relacionados aos vencimentos de contratos”.</i></p> <p>2.1.1.3. Pagamento de auxílio transporte sem a apresentação do bilhete de viagem nos casos da utilização de transporte seletivo e ausência de análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores. <i>Recomendação Nº OS: 201109265 – Nº constatação: 015</i> <i>recomendação: 001 – “Implantar o “Plano de Melhorias na implantação de instrumentos de controle para a concessão de auxílio transporte” conforme o cronograma apresentado à CGU e monitorar a aplicação e utilização dos mecanismos de controle a serem implementados</i> <i>recomendação: 002 – “Efetuar o pagamento de auxílio transporte aos servidores usuários de transporte seletivo ou especial somente nos casos permitidos pela Orientação Normativa SRH nº4, de 11/04/2011, e condicionar o pagamento à apresentação dos bilhetes de transporte utilizados”.</i> <i>recomendação: 003 – “Promover o cadastramento para fins de concessão de auxílio transporte, realizando análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores quando da solicitação do auxílio transporte, de forma a evitar a apresentação de comprovantes que claramente não são característicos da residência habitual de uma família”.</i> <i>recomendação: 004 – “Tendo em vista que cabe à Administração observar e fazer prevalecer o meio de transporte menos custoso para a Administração, avaliar a utilização do bilhete único como forma de reduzir as despesas relativas à concessão do benefício do auxílio transporte, sem que haja nenhum prejuízo para o servidor”.</i></p>			

2.1.1.4. Ausência de atualização, na Lei Orçamentária Anual – LOA, das metas físicas e financeiras, previstas no Plano Plurianual 2008-2011 – PPA, relativas às ações de governo executadas pelo INT.

Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 029 – N° recomendação: 001 – “Realizar gestões junto ao MCT, no sentido de promover, anualmente, a revisão de metas físicas e financeiras, previstas no PPA, relativas às ações de governo executadas pelo INT, de forma que as metas representem adequadamente a realidade do Instituto”.

2.1.1.5. Inadequada pesquisa de preços relativa à contratação de serviço de telefonia, no valor anual de R\$ 315.725,64, ocasionando a impossibilidade de avaliação, pela Administração do INT, da adequação do preço contratado com os praticados no mercado.

Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 10 – N° recomendação: 001 – “Fazer constar em cada processo licitatório planilha orçamentária detalhada o valor estimado para a contratação, baseado em pesquisa de preço que possibilite a comparação com o valor de mercado”.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia	232

Síntese da Providência Adotada

2.1.1.1. Os processos de despesas são devidamente instruídos com as peças exigidas nos normativos, e submetidos à apreciação da CJU-RJ. Foi feita atualização dos roteiros a partir de agosto de 2011

2.1.1.2. – N° constatação: 013 – N° recomendação: 001 e 002 - O planejamento é feito anualmente através do PAT e SIGTEC e o acompanhamento dos contratos é realizado pelos fiscais de contratos, designado por Portaria do Diretor do INT. Foi atualizada a designação, com conscientização da responsabilidade dos fiscais. O monitoramento da gestão dos contratos foi reforçado com a implantação de rotina e procedimentos de controle, tais com o: alerta aos gerentes, quanto as vigências e prazos. Controle implantado a partir de maio/2011.

2.1.1.3. Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 015

recomendação: 001 - Implantação de procedimento em março de 2011. foi realizado treinamento interno e capacitação dos servidores e colaboradores responsáveis desta ação, das informações necessárias que deverão estar apostas nos formulários de cadastramento de auxílio transporte, nos comprovantes de residência e outros documentos a serem requeridos, caso haja discordância das informações apresentadas, com base na ON n° 04/2011 sobre auxílio transporte. O recadastramento é feito nos meses de março e setembro.

recomendação: 002 - Recadastramento de todos os servidores ativos. Os servidores optantes da modalidade transporte seletivos assinaram declaração comprometendo-se a entregar os originais dos bilhetes de embarque junto à Divisão de Recursos Humanos até o 5° dia útil, para serem indenizados dos valores correspondente.

recomendação: 003 - O procedimento sobre recadastramento do auxílio transporte nos meses de março e setembro a serem realizados anualmente continua em vigor, em conformidade com as orientações ON n° 04/2011

recomendação: 004 - Monitoramento através de correspondências enviadas ao órgão regulador do transporte público rodoviário do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ, bem como das despesas das empresas de transportes públicos coletivos, de forma que estas prestem as informações necessárias de como são feitas as informações de tarifas e a periodicidade de sua divulgação. Da mesma forma, perguntamos informações sobre a utilização do Bilhete Único, conforme orientação contida na Nota Técnica n° 327/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP de 21/07/2011 aos Dirigentes de Recursos Humanos. A prática continua vigente.

2.1.1.4 - Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 029 – N° recomendação: 001 - Esclarecimentos e informações foram enviadas a CGU em 27/12/2012 por meio de Ofício/N° 625/INT.

2.1.1.5 - Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 10 – N° recomendação: 001 - Os processos de licitação são instruídos seguindo roteiro e modelos da AGU e são submetidos à CJU-RJ, incluindo pesquisa de mercado, planilha detalhada de orçamento, termo de referência, entre outras peças constantes do roteiro.

Síntese dos Resultados Obtidos

As recomendações foram devidamente cumpridas e vem sendo incorporadas aos processos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo

Gestor
A adoção de procedimentos recomendados contribuiu para a transparência, organização e agilidade dos processos.

Quadro A.10.4 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa			Código SIORG		
Coordenação-Geral Regional do Nordeste - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)			80489		
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Relatório de Auditoria 201109265 – CGU – Processo Anual 2010	2	Relatório de Auditoria		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Tecnologia			232		
Descrição da Recomendação					
<p>2.1.1.2. Ausência de planejamento adequado do INT para suas contratações, resultando em fundamentação imprópria para contratação emergencial, no valor total de R\$ 338.335,04. <i>Recomendação N° OS: 201109265 – N° constatação: 013 – N° recomendação: 001 – “Devem ser adotadas as providências cabíveis para que sejam promovidos os planejamentos adequados, quando da realização de contratações, evitando-se a descontinuidade da prestação dos serviços e a realização de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso IV, quando não estiverem absolutamente caracterizados os cargos de emergência”.</i></p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Coordenação-Geral Regional do Nordeste - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)			80489		
Síntese da Providência Adotada					
<p>2.1.1.2. – <i>N° constatação: 013 – N° recomendação:</i></p> <p>Providências do CETENE com relação a <i>constatação: 013 – N° recomendação: 001 – “Devem ser adotadas as providências cabíveis para que sejam promovidos os planejamentos adequados, quando da realização de contratações, evitando-se a descontinuidade da prestação dos serviços e a realização de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso IV, quando não estiverem absolutamente caracterizados os cargos de emergência”.</i></p> <p>Conforme compromisso assumido na Reunião de Busca de Soluções Conjuntas citada pela auditoria, calendários de pregões foram elaborados e cumpridos nos exercícios de 2011 e 2012. O quadro, a seguir, apresenta um resumo comparativo com as informações dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que atesta de forma inequívoca esforço institucional realizado para o cumprimento das recomendações da CGU.</p>					
(Em R\$ 1,00)					
Exercício	Pregões Realizados	Licitado em Pregões (1)	Inexigibilidade ou Dispensa (2)	Orçamento Total Executado (3)	% Licitado (1)+(2)/(3)
2010	14	1.146.278	163.137	4.254.502	30,78
2011	31	1.165.805	991.592	5.907.051	36,52
2012 (*)	29	2.413.932	2.960.912	7.389.090	72,74
(*) Cotações eletrônicas em 2012: 20 = R\$ 54.166,89					
Ao passo que, em 2010, foram realizados 14 pregões, com execução financeira de R\$ 1.146.278, nos exercícios seguintes foram realizados 31 e 29 pregões com execução de R\$ 1.165.805, e R\$ 2.413.932 respectivamente em 2011 e 2012.					

Em 2012 passamos a utilizar, também, cotações eletrônicas. Foram realizadas 20 cotações, com execução de R\$ 54.166,89 nesta modalidade.

O valor total consolidado para a execução de recursos financeiros somando-se o executado mediante a realização de pregões, cotações eletrônicas, dispensas de licitação (acima de R\$ 8.000,00, com parecer favorável da CJU) e inexigibilidade, que perfazem respectivamente R\$ 2.157.397,00 em 2011, e R\$ 5.374.844,00 em 2012, o que corresponde a 36% e 73% dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União. No exercício de 2010 era de apenas 31%.

O somatório dos valores apontados pela auditoria perfaz um montante de aproximadamente R\$ 430 mil, ou seja, menos de 7% dos recursos executados no exercício de 2012. Portanto, o fracionamento de despesas está longe de ser a prática usual deste Centro de Pesquisa desde 2011.

Síntese dos Resultados Obtidos

As ações corretivas foram adotadas de modo a contribuir para a redução dos problemas evidenciados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A adoção das recomendações possibilitou maior transparência e organização das atividades desenvolvidas na Coordenação Geral Regional Nordeste.

10.2 Declaração de Bens e Renda estabelecidas na Lei 8.730/1993

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

10.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações impostas pela Lei 8.730/1993

Quadro A.10.5 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	1	1	29
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Registros da Divisão de Recursos Humanos do INT

10.2.2 Análise Críticas

No período houve a saída de um coordenador (DAS 103) com ingresso do substituto. As demais funções comissionadas permaneceram inalteradas.

As declarações de bens e rendas podem ser consultadas por meio eletrônico com a autorização dos respectivos detentores das referidas funções.

10.3 Modelo da Declaração de Autorização de Dados no SIASG e SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

10.3.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 - Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Domingos Manfredi Naveiro, CPF nº 598.818.957-15, Diretor, exercido no Instituto Nacional de Tecnologia - INT declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

Domingos Manfredi Naveiro
598.818.957-15

Diretor/Instituto Nacional de Tecnologia (UJ 240104)

ITEM 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A Comissão Especial de Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos itens do ativo ou passivo do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, estabelecida pela Portaria INT nº. 064, de 16 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2012, Seção 2, página 5 realizou, no exercício de 2012, a tarefa de mensurar e avaliar 406 (quatrocentos e seis) itens patrimoniais classificados na conta contábil 114212.06.00 e 08 (oito) classificados na conta 14212.28.00, totalizando 414 (quatrocentos e quatorze) bens, atendendo o que determina a Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com base na Lei 4.320/1964, IN/STN 5/1996, Lei Complementar 101/2000, Lei 10.180/2001 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC t 16.10.

Contudo, ao final do exercício, no ato do lançamento contábil, a Comissão identificou a baixa, por doação, de 80 (oitenta) bens da conta 11412.06.00 e 02 (dois) bens da conta 14212.28.00, realizada em conformidade com as normas da Lei 8.666/1993 e do Decreto 99.658/1990, de modo que não houve tempo hábil para a Comissão executar a revisão dos valores para o correto lançamento no SIAFI.

Comissão irá realizar o correto lançamento, com emissão de laudo, do resultado da avaliação e mensuração no próximo exercício, de acordo com as regras de depreciação de forma a regularizar as contas contábeis.

11.2 Declaração do Contador atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

11.2.2 Declaração com Ressalva



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT			
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Tecnologia – INT e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE, EXCETO no tocante às restrições registradas nas conformidades contábeis do mês de dezembro nas Unidades Gestoras Executoras 240104-INT e 240137-CETENE, conforme abaixo e, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>a) Restrição Contábil 115 – Falta de reavaliação ou redução de ativos permanentes b) Restrição Contábil 999 – Não atendimento orientação órgão contab. Setorial/Central</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	25/02/2013
Contador Responsável	 Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

ITEM 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações consideradas Relevantes pela UJ

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Quadro A. 12.1 - Relação de projetos desenvolvidos com a FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais.

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
AMPNANO	01.12.0328.00 FINEP AMPNANO	Ampliação do Centro de Caracterização em Nanotecnologia do INT	375.466	13/08/2012 a 13/08/2015
AVAPROS	01.08.0141.00 - FINEP AVAPROS	Avaliação da Conformidade de Produtos para Saúde	1.999.788	28/04/08 a 28/08/13
AVIMPLANTE	01.09.0524.00 FINEP AVIMPLANTE	Proposta de Ampliação da Infraestrutura do INT para Avaliação de Implantes Ortopédicos no Âmbito da Remato	1.486.392	26/10/2009 a 26/10/2013
CENPES Bac	Convênio nº 0050.0045376.08.4 CENPES BAC	Estudo e avaliação de parâmetro de projetos para sistema de proteção catódica de dutos em solo contendo bactérias	589.448	24/11/08 a 22/11/13
CENPES Eta Scc	0050.0045218.08.4 CENPES Eta Scc	Ensaio de corrosão sob tensão em materiais para dutos e tanques de armazenamento com etanol e suas misturas	829.228	29/12/08 a 28/06/13
CENPES TMEC	0050.0042851.08.4 CENPES TMEC	Modernização e Ampliação da Infraestrutura Laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT	12.416.932	26/05/08 a 24/05/13
CENPES 3D	0050.0055306.09.9 CENPES 3D	Projeto ergonômico de ambientes de trabalho: estudos de caso nos laboratórios e em atividades SPOT	2.411.295	01/12/2009 a 30/03/2012
CENPES Bioácido	0050.0048919.09.9 CENPES Bioácido	Desenvolvimento do Processo de Obtenção de Bioácido Acético.	1.008.923	29/06/2009 a 28/06/2013

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
CENPES BioButanol	0050.0055154.09.9 CENPES Biobutanol	Produção de Butanol via Dimerização Catalítica do Etanol	390.171	02/03/10 à 01/03/13
CENPES Combicat	0050.0042858.08.4 CENPES Combicat	Implementação do Laboratório de Catálise Combinatorial no Instituto Nacional de Tecnologia - Fase 1	1.453.326	26/05/08 a 31/10/13
CENPES Combicat 02	0050.0061969.10.9 CENPES Combicat 02	Desenvolvimento de Metodologias para Preparação de Catalisadores em paralelo	1.459.665	25/10/2010 a 18/10/2013
CENPES Cupom	0050.0043752.08.4 CENPES Cupom	Cupons Permanentes para a proteção catódica - Avaliação do Desempenho	611.730	03/10/2008 a 01/05/2012
CENPES DIAV	0050.0063429.10.9 CENPES Dia	Implantação de Infraestrutura laboratorial do INT	5.083.882	10/12/2010 a 12/06/2014
CENPES Gal	0050.0047924.08.9 CENPES Gal	Síntese de Ácido Lático a partir de Glicerina ou Intermediários	1.089.697	26/06/09 a 15/12/12
CENPES Gás	0050.0055441.09.9 CENPES Gás	Desenvolvimento de Membranas Avançadas para a Produção de Hidrogênio a partir da Reforma Autotérmica do Gás Natural	489.146	04/02/10 à 01/08/13
CENPES Meta	0050.0054039.09.9 CENPES Meta	Desenvolvimento de metodologias analíticas aplicadas à caracterização de insumos e produtos da indústria do Petróleo	2.653.189	01/12/09 a 24/11/13
CENPES NUMAT	0050.0038832.07.4 CENPES NUMAT	Construção do Núcleo de Inovação, Caracterização e Avaliação de Materiais para a Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	7.577.797	28/12/07 a 25/12/13
CENPES Petrocat	0050.0060693.10.9 CENPES Petrocat	"Ampliação do Laboratório de Catálise - Implementação de técnicas avançadas de caracterização de catalisadores para setor petroquímico."	6.644.490	10/09/2010 a 09/09/2013
CENPES Qualy	0050.0038884.08.4 CENPES Qualy	Qualificação Laboratorial para o Desenvolvimento de Metodologias Analíticas Aplicadas à Indústria do Petróleo:	1.761.997	07/02/2008 a 14/07/2013

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
		Insumos, Produtos e Efluentes.		
CENPES S 50-Diesellow	0050.0053262.09.9 CENPES S 50-Diesellow	Estudo de ocorrência de bactérias, em diesel com baixo e ultra baixo teor de enxofre e suas implicações na mistura com Biodiesel	600.721	13/10/2009 a 08/02/2014
CENPES Simdis	0050.0060360.10.9 CENPES Simdis	Desenvolvimento do Processo de Obtenção de Bioácido Acético	2.112.614	16/08/2010 a 31/12/2013
CENPES Tela	0050.0056247.10.9 CENPES Tela	Configuração de Telas de Operação e Representação de Alarmes para SDCDs em Refinarias de Petróleo par Aumento da Confiabilidade Humana	1.810.368	04/06/10 a 03/03/13
CENPES TNTT	0050.004733808.9 CENPES TNTT	Desenvolvimento de Catalisadores a Base de Titanatos Nanotubulares para Reforma da Glicerina	1.453.326	01/07/09 à 20/12/12
CTENERG 02	01.04.0525.00 FINEP CTENERG 2	Geração de Hidrogênio a Partir da Reforma do Etanol	5.274.318	09/11/04 à 09/11/12
FINEP 3D	01.06.1221.00 FINEP 3D	Sistemas de Simulação de cenários virtuais a partir de modelagem humana virtual 3D para mapeamento de riscos e incremento da Confiabilidade Humana	1.106.316	29/12/2006 a 29/02/2012
FINEP-NUMAT	01.05.0799.00 FINEP NUMAT	Núcleo de Caracterização e Avaliação de Desempenho de Materiais e Componentes Metálicos Utilizados na Indústria de Petróleo	1.298.155	02/12/05 à 12/06/14
INTINFRA	01.10.0626.00 FINEP INTINFRA	Modernização da Infraestrutura do INT	1.526.175	03/12/2010 a 03/12/2013
Membranas	01.07.0237.00 FINEP MEMBRANAS	Membranas para uso em Potabilidade e Dessalinização de Águas	688.776	19/07/2007 a 19/06/2012

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
Petro 3D	0050.0043837.07.4 FINEP Petro 3D	Sistemas de simulação de cenários virtuais a partir de modelagem humana virtual 3D para mapeamento de riscos e incremento.	739.153	01/09/08 a 29/02/12
Prodsaude	01.10.0478.00 FINEP PRODSAUDE	Estruturação da Rede de Produtos para Saúde	6.932.597	06/10/2010 a 06/10/2013
Petro-Numat	0050.0018248.05.4 Petro NUMAT	Implantar um núcleo de caracterização e avaliação de desempenho de materiais e componentes metálicos empregados na indústria de petróleo, visando à criação de uma infraestrutura que atenda às demandas de desenvolvimento e serviços tecnológicos voltados para materiais e revestimentos utilizados em campos de exploração e plataformas de petróleo, nas etapas de refino de óleo e gás e seu transporte por dutos	2.536.895	12/12/05 a 12/06/14
PROGEX 02	01.05.0809.00 - FINEP / FVA- PROGEX 02	Consolidação do Núcleo Regional do Rio de Janeiro do Programa de Apóio Tecnológico à Exportação no INT	2.070.000	12/12/05 à 12/06/13
PROGEX 03	01.07.0542.00 FINEP / FVA PROGEX 03	Apoio Tecnológico à Exportação no Estado do Rio de Janeiro para Micro, Pequenas e Médias Empresas	787.500	07/12/07 à 07/10/12
PROINFRA 3	01.07.0340.00 FINEP PROINFRA 3	Laboratório de Caracterização de Sistemas Nanoestruturados - Fase 1: Implantação do XPS	1.197.838	21/09/07 à 21/08/12
RT Corrosão-TMEC	0050.0022722.06.4 CENPES RT Corrosão TMEC	Ampliação da Infra- Estrutura Laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT	1.761.806	19/09/06 a 01/09/13
RT Hidrogênio reatores	0050.0023463.06.4 CENPES RT Hidrogênio Reatores	Produção de Hidrogênio para uma Célula a Combustível do tipo PEM de 0,5 kW, usando Reatores Compactos	489.150	28/03/08 a 05/03/12
AMPNANO	01.12.0328.00 FINEP AMPNANO	Ampliação do Centro de Caracterização em Nanotecnologia do INT	375.466	13/08/2012 a 13/08/2015

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
AVAPROS	01.08.0141.00 - FINEP AVAPROS	Avaliação da Conformidade de Produtos para Saúde	1.999.788	28/04/08 a 28/08/13
AVIMPLANTE	01.09.0524.00 FINEP AVIMPLANTE	Proposta de Ampliação da Infraestrutura do INT para Avaliação de Implantes Ortopédicos no Âmbito da Remato	1.486.392	26/10/2009 a 26/10/2013
CENPES Bac	Convênio nº 0050.0045376.08.4 CENPES BAC	Estudo e avaliação de parâmetro de projetos para sistema de proteção catódica de dutos em solo contendo bactérias	589.448	24/11/08 a 22/11/13
CENPES Eta Scc	0050.0045218.08.4 CENPES Eta Scc	Ensaio de corrosão sob tensão em materiais para dutos e tanques de armazenamento com etanol e suas misturas	829.228	29/12/08 a 28/06/13
CENPES TMEC	0050.0042851.08.4 CENPES TMEC	Modernização e Ampliação da Infraestrutura Laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT	12.416.932	26/05/08 a 24/05/13
CENPES 3D	0050.0055306.09.9 CENPES 3D	Projeto ergonômico de ambientes de trabalho: estudos de caso nos laboratórios e em atividades SPOT	2.411.295	01/12/2009 a 30/03/2012
CENPES Bioácido	0050.0048919.09.9 CENPES Bioácido	Desenvolvimento do Processo de Obtenção de Bioácido Acético.	1.008.923	29/06/2009 a 28/06/2013
CENPES BioButanol	0050.0055154.09.9 CENPES Biobutanol	Produção de Butanol via Dimerização Catalítica do Etanol	390.171	02/03/10 à 01/03/13
CENPES Combicat	0050.0042858.08.4 CENPES Combicat	Implementação do Laboratório de Catálise Combinatorial no Instituto Nacional de Tecnologia - Fase 1	1.453.326	26/05/08 a 31/10/13
CENPES Combicat 02	0050.0061969.10.9 CENPES Combicat 02	Desenvolvimento de Metodologias para Preparação de Catalisadores em paralelo	1.459.665	25/10/2010 a 18/10/2013
CENPES Cupom	0050.0043752.08.4 CENPES Cupom	Cupons Permanentes para a proteção catódica - Avaliação do Desempenho	611.730	03/10/2008 a 01/05/2012

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
CENPES DIAV	0050.0063429.10.9 CENPES Dia	Implantação de Infraestrutura laboratorial do INT	5.083.882	10/12/2010 a 12/06/2014
CENPES Gal	0050.0047924.08.9 CENPES Gal	Síntese de Ácido Lático a partir de Glicerina ou Intermediários	1.089.697	26/06/09 a 15/12/12
CENPES Gás	0050.0055441.09.9 CENPES Gás	Desenvolvimento de Membranas Avançadas para a Produção de Hidrogênio a partir da Reforma Autotérmica do Gás Natural	489.146	04/02/10 à 01/08/13
CENPES Meta	0050.0054039.09.9 CENPES Meta	Desenvolvimento de metodologias analíticas aplicadas à caracterização de insumos e produtos da indústria do Petróleo	2.653.189	01/12/09 a 24/11/13
CENPES NUMAT	0050.0038832.07.4 CENPES NUMAT	Construção do Núcleo de Inovação, Caracterização e Avaliação de Materiais para a Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	7.577.797	28/12/07 a 25/12/13
CENPES Petrocat	0050.0060693.10.9 CENPES Petrocat	"Ampliação do Laboratório de Catálise - Implementação de técnicas avançadas de caracterização de catalisadores para setor petroquímico."	6.644.490	10/09/2010 a 09/09/2013
CENPES Qualy	0050.0038884.08.4 CENPES Qualy	Qualificação Laboratorial para o Desenvolvimento de Metodologias Analíticas Aplicadas à Indústria do Petróleo: Insumos, Produtos e Efluentes.	1.761.997	07/02/2008 a 14/07/2013
CENPES S 50-Diesellow	0050.0053262.09.9 CENPES S 50-Diesellow	Estudo de ocorrência de bactérias, em diesel com baixo e ultra baixo teor de enxofre e suas implicações na mistura com Biodiesel	600.721	13/10/2009 a 08/02/2014
CENPES Simdis	0050.0060360.10.9 CENPES Simdis	Desenvolvimento do Processo de Obtenção de Bioácido Acético	2.112.614	16/08/2010 a 31/12/2013
CENPES Tela	0050.0056247.10.9 CENPES Tela	Configuração de Telas de Operação e Representação de Alarmes para SDCDs em Refinarias de Petróleo par Aumento da Confiabilidade Humana	1.810.368	04/06/10 a 03/03/13

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
CENPES TNTT	0050.004733808.9 CENPES TNTT	Desenvolvimento de Catalisadores a Base de Titanatos Nanotubulares para Reforma da Glicerina	1.453.326	01/07/09 à 20/12/12
CTENERG 02	01.04.0525.00 FINEP CTENERG 2	Geração de Hidrogênio a Partir da Reforma do Etanol	5.274.318	09/11/04 à 09/11/12
FINEP 3D	01.06.1221.00 FINEP 3D	Sistemas de Simulação de cenários virtuais a partir de modelagem humana virtual 3D para mapeamento de riscos e incremento da Confiabilidade Humana	1.106.316	29/12/2006 a 29/02/2012
FINEP-NUMAT	01.05.0799.00 FINEP NUMAT	Núcleo de Caracterização e Avaliação de Desempenho de Materiais e Componentes Metálicos Utilizados na Indústria de Petróleo	1.298.155	02/12/05 à 12/06/14
INTINFRA	01.10.0626.00 FINEP INTINFRA	Modernização da Infraestrutura do INT	1.526.175	03/12/2010 a 03/12/2013
Membranas	01.07.0237.00 FINEP MEMBRANAS	Membranas para uso em Potabilidade e Dessalinização de Águas	688.776	19/07/2007 a 19/06/2012
Petro 3D	0050.0043837.07.4 FINEP Petro 3D	Sistemas de simulação de cenários virtuais a partir de modelagem humana virtual 3D para mapeamento de riscos e incremento.	739.153	01/09/08 a 29/02/12
Prodsaude	01.10.0478.00 FINEP PRODSAUDE	Estruturação da Rede de Produtos para Saúde	6.932.597	06/10/2010 a 06/10/2013
Petro-Numat	0050.0018248.05.4 Petro NUMAT	Implantar um núcleo de caracterização e avaliação de desempenho de materiais e componentes metálicos empregados na indústria de petróleo, visando à criação de uma infraestrutura que atenda às demandas de desenvolvimento e serviços tecnológicos voltados para materiais e revestimentos utilizados em campos de exploração e plataformas de petróleo,	2.536.895	12/12/05 a 12/06/14

Instrumento	Número	Objeto	Valor do Projeto	Vigência
		nas etapas de refino de óleo e gás e seu transporte por dutos		
PROGEX 02	01.05.0809.00 - FINEP / FVA- PROGEX 02	Consolidação do Núcleo Regional do Rio de Janeiro do Programa de Apóio Tecnológico à Exportação no INT	2.070.000	12/12/05 à 12/06/13
PROGEX 03	01.07.0542.00 FINEP / FVA PROGEX 03	Apoio Tecnológico à Exportação no Estado do Rio de Janeiro para Micro, Pequenas e Médias Empresas	787.500	07/12/07 à 07/10/12
PROINFRA 3	01.07.0340.00 FINEP PROINFRA 3	Laboratório de Caracterização de Sistemas Nanoestruturados - Fase 1: Implantação do XPS	1.197.838	21/09/07 à 21/08/12
RT Corrosão-TMEC	0050.0022722.06.4 CENPES RT Corrosão TMEC	Ampliação da Infra- Estrutura Laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT	1.761.806	19/09/06 a 01/09/13
RT Hidrogênio reatores	0050.0023463.06.4 CENPES RT Hidrogênio Reatores	Produção de Hidrogênio para uma Célula a Combustível do tipo PEM de 0,5 kW, usando Reatores Compactos	489.150	28/03/08 a 05/03/12
Total			165.436.540	

Anexo II da Decisão Normativa TCU 119, de 18/01/2012

Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Informações Específicas a Constar do Relatório de Gestão

ITEM 1. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

- a) Indicadores de desempenho no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 7º desta DN;
b) Análise dos resultados dos indicadores, indicando os motivos para eventuais desvios dos valores planejados;
c) Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à ICT envolvidos em cada projeto.

1.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

O Quadro B.1.1 - Resultado dos Indicadores Acórdão TCU nº 2.267/2005 de indicadores não se aplica à UJ. Os indicadores de avaliação de desempenho desta UJ são pactuados com o MCTI no Termo de Compromisso de Gestão e se encontram discriminados no item 2.4 deste Relatório.

1.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT

Os resultados dos indicadores de gestão são mensurados semestralmente pelo INT de acordo com as instruções contidas no TCG. Ao final do exercício o MCTI analisa o desempenho apresentado e atribui conceitos conforme pode ser verificado no item 2.4.

1.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.8.1 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio													
Nome:						CNPJ:							
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato				Convênio							
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repass			Início	Fim	Bruto	Repass
				Total								Total	
Recursos Pertencentes às ICT Envolvidos nos Projetos													
Projeto		Recursos das ICT											
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais				Humanos					
		Valor		Tipo		Valor		Quantidade		Valor			
Tipo: (1) Ensino; (2) Pesquisa e Extensão; (3) Desenvolvimento Institucional; (4) Desenvolvimento Científico; (5) Desenvolvimento Tecnológico													

Os projetos desenvolvidos no INT com envolvimento de fundação de apoio são amparados pelos instrumentos de Acordos, convênios e contratos de repasse. Nesse cenário, a entidade contratante atua como concedente, a fundação de apoio tem o papel de conveniente e o INT é o executor do projeto, não havendo, portanto repasses de recursos financeiros por parte do INT. Com relação aos recursos materiais e humanos, a UJ não dispõe de estrutura sistematizada para atender a demanda requerida no quadro

A título de informação encontram-se no item 12 deste Relatório a relação de projetos desenvolvidos nas modalidades convênios (FINEP) e cooperações (PETROBRAS) com apoio de fundação.